



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONOMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA

ANA CARLA BASTOS

**O APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM OLHAR DOS GESTORES**

FLORIANÓPOLIS

2019

Ana Carla Bastos

**O APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM OLHAR DOS GESTORES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Administração Universitária.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a Carla Cristina Dutra Búrigo.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bastos, Ana Carla
O apoio pedagógico aos estudantes na Universidade
Federal de Santa Catarina: um olhar dos gestores / Ana
Carla Bastos ; orientadora, Carla Cristina Dutra Búrigo,
2019.
101 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa
de Pós-Graduação em Administração Universitária,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Apoio pedagógico. 3.
Assistência estudantil. 4. Gestão universitária. I.
Búrigo, Carla Cristina Dutra. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração
Universitária. III. Título.

Ana Carla Bastos

**O apoio pedagógico aos estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina:
um olhar dos gestores.**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Alexandre Marino Costa, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Pedro Luiz Manique Barreto, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Servidora Técnico-Administrativa Janaina Santos de Macedo, Dr^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Administração Universitária.

Prof. Dr. Cláudio José Amante

Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária

Prof^a. Dr^a. Carla Cristina Dutra Búrigo
Orientadora

Florianópolis, 26 de agosto de 2019.

Para minha amada filha, Aninha.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Professora Carla Cristina Dutra Búrigo, minha carinhosa e compreensiva orientadora.

Ao Matheus Norberto Gomes pelo companheirismo nesta jornada.

Aos meus queridos pais Érica Schüssler e Pedro Paulo Bastos, pela oportunidade da vida.

Às minhas irmãs Nara Regina Bastos Calliari e Ana Paula Bastos, pelas conversas alegres.

Aos Professores do CCA José Carlos Fiad Padilha e Walter Quadros Seiffert, por apoiarem meu afastamento parcial para desenvolver esta Pesquisa.

Aos amigos do mestrado Bernadete (A Incansável), Adélia, Adriano e Juliana, pela generosidade em compartilhar as angústias e os aprendizados.

Meu muito obrigada!

O mar está levemente encrespado e pequenas ondas quebram na praia arenosa.
O senhor Palomar está de pé na areia e observa uma onda.
(...)

O senhor Palomar vê uma onda apontar na distância, crescer, aproximar-se, mudar de forma e de cor, revolver-se sobre si mesma, quebrar-se, desfazer-se.

A essa altura poderia convencer-se de ter levado a cabo a operação a que se havia proposto e ir-se embora. Contudo, isolar uma onda da que se lhe segue de imediato e que parece às vezes suplantá-la ou acrescentar-se a ela e mesmo arrastá-la é algo muito difícil, assim como separá-la da onda que a precede e que parece empurrá-la em direção à praia
(...)

Em suma, não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos que concorrem para formá-la e aqueles também complexos a que essa dá ensejo. Tais aspectos variam continuamente, decorrendo daí que cada onda é diferente de outra onda; mas da mesma maneira é verdade que cada onda é igual a outra onda, mesmo quando não imediatamente contígua ou sucessiva; enfim, são formas e sequências que se repetem, ainda que distribuídas de modo irregular no espaço e no tempo.

Como o que o senhor Palomar pretende fazer neste momento é simplesmente ver uma onda, ou seja, colher todos os seus componentes simultâneos sem descurar de nenhum, seu olhar se irá deter sobre o movimento da água que bate na praia a fim de poder registrar os aspectos que a princípio não havia captado; tão logo se dê conta de que as imagens se repetem, perceberá que já viu tudo o que queria ver e poderá ir-se embora.

(CALVINO, 1994)

RESUMO

A presente Pesquisa tem como objetivo compreender como se constitui, no olhar dos gestores, o SAP/CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação. Trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativa, cuja coleta de informações compreendeu, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica e documental, seguida da realização de entrevistas semiestruturadas junto aos Gestores da UFSC que são responsáveis pelos setores envolvidos diretamente com a implementação da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes e com os quais o SAP/CCA se articula para desenvolver suas atividades. A análise das informações coletadas foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa demonstram que os entrevistados consideram que a principal atividade desenvolvida pelo SAP/CCA consiste na Orientação Acadêmica aos estudantes dos cursos de graduação, de forma individual, conforme suas necessidades. O apoio pedagógico desenvolvido pelo SAP/CCA é relevante porque concebem que o corpo estudantil necessita não apenas de Orientação Acadêmica, mas de Orientação Profissional e Pessoal. No tocante à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, o Estudo evidenciou que os gestores concebem esta Política como muito fragilizada dentro da Instituição, demonstrando dificuldade em caracterizar a maneira como se inter-relaciona com o SAP/CCA. Os gestores desconhecem o marco legal da Política Pública de Assistência Estudantil, nos termos do PNAES, ainda que consigam materializar essa Política Pública por meio das ações de assistência estudantil executadas pela UFSC. Os gestores percebem que existe uma interação entre a Política Pública de Assistência Estudantil e a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes por compreenderem que o apoio pedagógico também integra a assistência estudantil, ainda que percebam que as ações de assistência estudantil materializadas na UFSC estejam focadas nos auxílios financeiros. No contexto deste Estudo, uma contradição se evidencia: ao mesmo tempo que o SAP/CCA é concebido como um Setor fundamental para o desenvolvimento do apoio pedagógico aos estudantes do CCA, é negado como uma Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes. Com o intuito de superar esta contradição são propostas ações para potencializar o SAP/CCA como parte integrante da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.

Palavras-chave: Apoio Pedagógico. Assistência Estudantil. Gestão Universitária.

ABSTRACT

This research aims to understand how, in the eyes of managers, SAP/CCA is constituted in the process of developing the Institutional Policy of Pedagogical Support to Undergraduate Students. This is a qualitative case study, whose information gathering comprised, at first, the bibliographic and documentary research, followed by semi-structured interviews with the managers of UFSC which are responsible for the sectors directly involved with the implementation of the Institutional Policy of Pedagogical Support to Students and with which SAP/CCA articulates to develop its activities. The analysis of the collected information was done through the content analysis technique. The survey results show that respondents consider that the main activity developed by SAP/CCA consists of Academic Orientation to undergraduate students individually, according to their needs. The pedagogical support developed by SAP/CCA is relevant because they conceive that the student body needs not only Academic Orientation, but Professional and Personal Orientation. Regarding the Institutional Policy of Pedagogical Support to Students, the Study showed that managers conceive this Policy as very fragile within the Institution, showing difficulty in characterizing the way it interrelates with SAP/CCA. The managers are unaware of the legal framework of the Student Assistance Public Policy, under the terms of the PNAES, even though they can materialize this Public Policy through the student assistance actions carried out by UFSC. Managers perceive that there is an interaction between the Student Assistance Public Policy and the Institutional Student Support Policy because they understand that the pedagogical support also integrates the student assistance, even though they realize that the student assistance actions materialized at UFSC are focused on the students financial aid. In the context of this Study, a contradiction is evident: while SAP/CCA is conceived as a fundamental Sector for the development of pedagogical support to CCA students, it is denied as an Institutional Policy of Pedagogical Support to Students. In order to overcome this contradiction, actions are proposed to enhance the SAP/CCA as an integral part of the Institutional Policy for Pedagogical Support to Students.

Keywords: Pedagogical Support. Student Assistance. University Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Caminho Teórico-Metodológico do Estudo.....	23
Figura 02 – Aspectos Relacionados à Relevância do Apoio Pedagógico desenvolvido pelo SAP/CCA.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Critérios de Seleção de Material na Produção de Conhecimento no Brasil.....	20
Quadro 02 – Áreas Estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil.....	48
Quadro 03 – Setores da UFSC com os quais o SAP/CCA se articula para oferecer Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação.....	58
Quadro 04 – Sujeitos da Pesquisa.....	59
Quadro 05 – Categorias e Conteúdos Base.....	60
Quadro 06 – Concepção do SAP/CCA – Fala dos Entrevistados X Objetivos do Setor.....	66
Quadro 07 – Síntese das Sugestões dos Gestores de Ações para Potencialização do SAP/CCA junto à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino
CAE	Coordenadoria de Acessibilidade Educacional
CAP	Coordenadoria de Apoio Pedagógico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CD	Cargo de Direção
CNE	Conselho Nacional de Educação
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FG	Função Gratificada
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FS	Frequência Suficiente
IAA	Índice de Aproveitamento Acumulado
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
OE	Orientação Educacional
PAA	Programa de Ações Afirmativas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIAPE	Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPAE	Política Pública de Assistência Estudantil
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação

REUNI Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

SAP Setor de Apoio Pedagógico

SISU Sistema de Seleção Unificada

TAE Técnico em Assuntos Educacionais

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

TSG Taxa de Sucesso na Graduação

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNE União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
2	SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS.....	25
3	POLÍTICA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES	37
4	POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	43
5	CAMINHO METODOLÓGICO	55
5.1	TIPO E NATUREZA DO ESTUDO.....	55
5.2	SUJEITOS DA PESQUISA	56
5.3	COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	60
6	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	64
6.1	SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO DO CCA.....	65
6.2	POLÍTICA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES.	71
6.3	POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	77
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICES.....	98
	APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Informações	99
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	100

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente Estudo abordei a inter-relação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e sua Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes com a Política Pública de Assistência Estudantil (PPAE), no contexto do Setor de Apoio Pedagógico (SAP) do Centro de Ciências Agrárias (CCA). Parto do pressuposto que a arquitetura formativa das universidades públicas federais é pautada, sobretudo, por políticas públicas cuja implementação e efetividade são gestadas por cada instituição no âmbito de suas políticas institucionais (BÚRIGO, 2003). Tal perspectiva lança exigências e possibilidades à gestão universitária, que precisa promover a articulação e interlocução entre as políticas educacionais, política institucional e as demandas de uma sociedade em contínuo processo de transformação.

Meu interesse pelo tema do apoio pedagógico para estudantes na universidade surgiu da minha inserção profissional como ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) no SAP/CCA (UFSC, 2018a), esfera da UFSC com o escopo de “colaborar com a comunidade acadêmica do CCA na realização do processo educativo, oferecendo apoio e suporte pedagógico aos estudantes e docentes envolvidos com a graduação” (UFSC, 2016b, n.p). O CCA, por sua vez, é a Unidade Universitária (ou Centro de Ensino)¹ da UFSC que coordena e aglutina atividades de ensino, pesquisa e extensão com a finalidade de promover o desenvolvimento das Ciências Agrárias (UFSC, 2017c), abrangendo em sua comunidade acadêmica cerca de 1.251 discentes de graduação, distribuídos entre os cursos de Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia (UFSC, 2019).

No interior do SAP/CCA efetuo atividades de acolhimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes de graduação a partir de suas demandas individuais e coletivas. O acolhimento consiste em recepcionar o graduando no intuito de promover, por meio da dinâmica do diálogo e na perspectiva da compreensão, momentos de reflexão acerca de sua trajetória acadêmica. O acompanhamento pedagógico consiste em orientar, por meio de

¹De acordo com o Art. 6º do Estatuto da UFSC (UFSC, 1978a), as Unidades Acadêmicas da UFSC são intituladas Unidades Universitárias, recebendo a denominação de Centros, designação privativa destes órgãos. Todavia, no Regimento Geral da UFSC (UFSC, 1978b), estes órgãos são tratados como Unidades Universitárias. Para fins deste Estudo adotarei a designação de Centros de Ensino.

sessões individualizadas, o estudante com dificuldades acadêmicas de desempenho, no intuito de promover o seu autogerenciamento nos estudos, abordando questões relacionadas à escolha da grade semestral de disciplinas, definição de metas formativas e eleição de métodos e estratégias para melhorar o processo de aprendizagem.

Por conta da minha atuação no SAP/CCA, a partir de 2016 (UFSC, 2016c) passei a manter contato com a equipe da Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAP) a fim de fomentar a divulgação e realização das ações do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) (UFSC, 2013b) nas dependências do CCA. O PIAPE é um Programa com o propósito de favorecer “a qualidade dos processos de formação e a permanência dos estudantes nos cursos de graduação da UFSC” (UFSC, 2013b, p.11), para isto desenvolvendo ações nas modalidades de orientação pedagógica e grupo de aprendizagem, esta última no formato de oficinas e módulos.

Em 2017 fui indicada pela Direção do CCA como representante em Comissão (UFSC, 2018c) responsável por analisar o PIAPE (UFSC, 2013b) e propor o seu aprimoramento para melhor atender às necessidades dos alunos dos Centros de Ensino, incluindo a elaboração de proposta de resolução com perspectiva de institucionalizar o Programa a partir de 2019.

Também por conta da minha atuação no SAP/CCA (UFSC, 2016b) passei a ter contato com departamentos de outros Centros com o propósito de facilitar a divulgação e a realização dos atendimentos das monitorias de Física, Química e Matemática nas dependências do CCA, considerando os altos índices de reprovação dos estudantes em disciplinas dessas áreas (UFSC, 2016a).

Estas experiências têm me proporcionado uma aproximação com os limites e possibilidades do CCA e, em certo sentido da UFSC, em sua imensa tarefa de consolidação do direito universal à educação e de desenvolvimento da assistência estudantil como política institucional.

O desenvolvimento do apoio pedagógico aos universitários reveste-se de importância estratégica para a UFSC, consolidando-se perante a Administração Universitária por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UFSC, 2015a). O PDI (UFSC, 2015a) é um documento e instrumento de planejamento quadrienal, a ser considerado dentro da gestão estratégica, que caracteriza a identidade institucional e onde estão definidas sua missão e visão de futuro, bem como diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de objetivos e metas nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Neste sentido, no tocante às atividades de apoio pedagógico, o PDI (UFSC, 2015a, p. 40) apresenta o “Objetivo 5 - Estabelecer uma política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes (graduação e pós-graduação)” e como metas para o alcance deste objetivo “Institucionalizar e acompanhar constantemente as atividades de estágios, de monitoria, de tutoria e de apoio e orientação pedagógica em todos os *campi*, integrando-as às necessidades dos conteúdos disciplinares” e “Promover a orientação pedagógica e educacional individual e em grupos para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de aprendizagem e para a redução dos problemas de atenção e aprendizagem”. Nestes termos, a gestão da UFSC busca materializar uma Política Institucional de Apoio Pedagógico que viabilize e amplie a formação integral do estudante (UFSC, 2015a).

Com efeito, a promoção do apoio pedagógico aos estudantes em universidades públicas federais vai ao encontro do que preconiza o Ministério da Educação (MEC) com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010), um marco regulatório da Política Pública de Assistência Estudantil, que instituiu a oferta de apoio pedagógico com o objetivo de promover a inclusão social, democratizar as condições de permanência dos jovens matriculados na graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e reduzir as taxas de evasão e retenção.

Em âmbito nacional, o PNAES (BRASIL, 2010) integra um conjunto de políticas de expansão e ampliação do acesso e da permanência do e no Ensino Superior que impulsionaram, sobretudo por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI²) (BRASIL, 2007a), do Sistema de Seleção Unificada (SISU) (BRASIL, 2012b) e da Lei das Cotas nas Instituições Federais (BRASIL, 2012a), a diversificação do perfil discente e sua configuração como contexto emergente no cenário da educação superior (ALMEIDA *et al*, 2012; BARROS, 2015; BRASIL, 2016; 2016b; MANCEBO *et al*, 2015; PAULA, 2017; RISTOFF, 2014; SGUISSARD, 2015; SILVA; VELOSO, 2013).

² Trata-se de um Programa integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC, instituído com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior. O REUNI tem como metas globais a elevação gradual da Taxa de Conclusão média dos cursos de Graduação presenciais (TCG) para 90% e o alcance da relação de 18 alunos para cada professor (BRASIL, 2007a).

Quanto ao processo de diversificação do perfil discente, a ampliação do acesso levou a mudanças na composição do perfil do alunado, com maior ingresso de estudantes de menor *status* socioeconômico (baixa renda familiar *per capita*) e preparação acadêmica, pretos, pardos, indígenas e quilombolas, que trabalham, com tempo parcial para estudos, com compromissos familiares e que são universitários de primeira geração (BRASIL, 2019; BRITTO, 2008).

Na UFSC, a expansão do número de alunos na graduação presencial ocorreu de maneira significativa a partir de 2009 (UFSC, 2010c), devido à adesão ao REUNI (BRASIL, 2007a), por meio da oferta de novos cursos (de 80 em 2009 para 107 em 2018) e do crescimento do número de matrículas (de 20.150 em 2009 para 29.303 em 2018) e a criação de quatro novos *campi* - Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau (UFSC, 2016g; 2018h).

Quanto à alteração do perfil socioeconômico e étnico-racial dos alunos ingressantes, na UFSC este processo ocorreu, principalmente, pelo desenvolvimento do Programa de Ações Afirmativas (PAA) (UFSC, 2007; 2012b; 2015c;), por meio do qual foram implementados de forma progressiva, a partir de 2007, percentuais de reserva de vagas para candidatos egressos de escola pública, com recorte de renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, além de candidatos que pertençam ao grupo étnico-racial negro ou às comunidades quilombolas e aos povos indígenas residentes no território nacional e nos transfronteiriços. No período de 2013 a 2016, dos 18.105 discentes que ingressaram no *campus* Florianópolis, 5.909 destes (32,80%) foram por meio de cotas (DÁRIO, 2017).

Paradoxalmente, junto ao aumento de vagas nos cursos de graduação, tornaram-se mais expressivas as taxas de reprovação e abandono na UFSC, uma vez que muitos alunos, independentemente de sua capacidade econômica, têm dificuldades de acompanhar seus respectivos cursos por variadas razões, mesmo tendo sido aprovados em processos seletivos de graduação em boas colocações (UFSC, 2013b; 2015a).

A esse respeito, ao acompanhar a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) da UFSC constata-se que ela permaneceu na faixa de 60% a 70% entre 2007 e 2011, decrescendo a partir de 2012 e chegando a 47,23% em 2016, permanecendo em 50,92% em 2018 (UFSC, 2016g; 2018h). Este indicador de diplomação anual é calculado pela razão entre número de diplomados e número total de ingressantes e revela, inversamente, a proporção de estudantes que não se diplomaram no tempo de permanência esperado para cada curso, ainda que não especifique quantos destes alunos não o fizeram porque evadiram do curso ou porque estão

retidos nele por conta de sucessivas reprovações (UFSC, 2018g). Sobre este ponto, no tocante à evasão, dados apontam que para o período de 2007 a 2014 a taxa média anual de evasão na UFSC foi de 42% (GONÇALVES, 2016).

Acerca da reprovação estudantil na Instituição, dados revelam que em disciplinas das áreas de ciências exatas, como Cálculo e similares, se alcançam taxas que variam de 50% a 70% para os anos de 2010 a 2016 (UFSC, 2018e).

O problema da reprovação estudantil relaciona-se não apenas ao decréscimo progressivo da Taxa de Sucesso, mas também ao nível de qualidade do aprendizado e do processo educacional como um todo (SILVA, 2015; UFSC, 2018e). Ao analisar o desempenho acadêmico de todos os ingressantes em cursos de graduação presencial no *campus* Florianópolis entre 2013 e 2016 (DÁRIO, 2017), verificou-se que 25% destes alunos (cerca de 4.503 estudantes) apresenta Índice de Aproveitamento Acumulado (IAA) inferior a 5,12. Posto que a nota mínima de aprovação nas disciplinas curriculares é 6,0, isto demonstra que estes estudantes têm reprovado suficientemente para que, em termos de rendimento acadêmico, estejam abaixo do mínimo necessário para avançar no currículo e, assim, concluir a graduação no tempo curricular previsto.

Isto posto, delinea-se um amplo campo de problemática no qual a irrupção de dificuldades no desempenho acadêmico dos alunos, seus fatores condicionantes e impactos, como reprovação e evasão, interpelam a universidade, tanto em sua função social como em seus processos de gestão, para que se organize a fim de garantir não apenas uma formação com bom nível de qualidade, mas também a efetiva permanência de todos que nela ingressarem (EZCURRA, 2007; UFSC, 2013b).

No tocante aos fatores que incidem no desempenho acadêmico, a literatura aponta que podem ser de ordem social, econômica, vocacional e acadêmica (ALMEIDA; SOARES, 2004). Os fatores de ordem acadêmica, ou pedagógica, são aqueles relacionados à transição do Ensino Médio para o Ensino Superior, requerendo dos estudantes adaptações constantes aos novos ritmos e estratégias de aprendizagem, ao novo estatuto de aluno e aos novos sistemas de ensino e avaliação (ALMEIDA; SOARES, 2004; COULON, 2008). Neste sentido, temos como exemplos destes fatores, a partir do contexto dos alunos de novo perfil: necessidade de conciliar estudo com trabalho, baixo preparo escolar anterior ao ingresso, alto

nível de exigência do curso e práticas educativas que desconsideram a heterogeneidade discente (EZCURRA, 2007).

A partir disto, configura-se a necessidade de garantir, dentro das instituições, apoio aos estudantes no que tange às exigências relacionadas ao estudo, às responsabilidades, aos ritmos e estratégias de aprendizagem e avaliação, ou seja, setores que ofereçam um apoio que contemple a dimensão acadêmica ou pedagógica como um meio para reduzir a reprovação e a evasão estudantil (BARDAGI; HUTZ, 2005; BRASIL, 2010; ZAGO, 2010).

No panorama das universidades públicas federais, verifica-se que todas estas instituições desenvolvem ações de assistência estudantil, sendo que 45 delas divulgam em suas páginas eletrônicas setores que oferecem apoio pedagógico aos estudantes, fazendo parte desta oferta auxílio referente às questões acadêmico-pedagógicas que afetam o desempenho do estudante universitário (SILVA LIMA; FERREIRA, 2016; TOTI *et al*, 2017).

Quanto à existência de pesquisas que abordem o apoio pedagógico para estudantes em universidades públicas federais, o resultado da busca que efetuei junto ao Banco de Teses e Dissertações e ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (CAPES, 2018), utilizando os critérios de consulta especificados no Quadro 01: Critérios de Seleção de Material na Produção de Conhecimento no Brasil -, sinaliza uma lacuna de estudos que tratem do desenvolvimento do apoio pedagógico aos estudantes nas universidades.

Quadro 01 - Critérios de Seleção de Material na Produção de Conhecimento no Brasil

Tema	Oferta de apoio pedagógico aos estudantes de graduação
Contexto Geográfico	Trabalhos realizados e publicados no Brasil.
Período	2013 a 2018
Tipo de Produção	Teses, dissertações e artigos.
Base de Dados	Banco de teses e dissertações da CAPES, portal de periódicos da CAPES.
Palavras-Chave	“Apoio pedagógico”, “assistência pedagógica”, “política de assistência estudantil”, “política nacional de assistência estudantil”.
Critérios de Inclusão	1. Teses e dissertações classificadas pela CAPES na grande área Ciências Sociais Aplicadas e nas áreas de conhecimento Administração, Administração de Empresas, Administração Pública. 2. Artigos publicados em periódicos revisados por pares com <i>qualis</i> para a área de avaliação Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.
Critérios de Exclusão	1. Trabalhos que abordaram a temática aplicada em contextos distintos das universidades. 2. Trabalhos que abordaram o apoio pedagógico para docentes.
Realização das buscas	22/09/2017; 25/09/2017; 03/05/2018.
Quantidade de trabalhos encontrados	01 (SANTANA <i>et al</i> , 2015)

Fonte: Elaborado pela Autora.

Quanto ao único estudo identificado (SANTANA *et al*, 2015), este versa sobre a inclusão educacional de estudantes com deficiência no ensino superior a partir da descrição do funcionamento do PIAPE (UFSC, 2013b), considerando os contextos das Coordenadorias de Acessibilidade Educacional (CAE) e de Apoio Pedagógico, dois setores internos à UFSC que têm relação com o PNAES (BRASIL, 2010).

Por meio de pesquisa documental e entrevista com gestores desses setores, os resultados apontaram que o processo de inclusão encontra-se comprometido devido a dificuldades relacionadas ao mapeamento dos alunos com deficiência, ao acesso desses alunos às informações dos programas e ao entendimento do próprio aluno no que se refere às políticas educacionais atuais, já que muitos não buscam apoio (SANTANA *et al*, 2015).

Ainda que tenha oportunizado uma aproximação com a temática da oferta de apoio pedagógico aos estudantes de graduação na UFSC, os achados deste Estudo possuem um viés investigativo distinto ao da presente Pesquisa, ou seja, o foco era com um grupo em especial, alunos com deficiência.

Neste sentido, considerando o PNAES (BRASIL, 2010) como marco de “uma política nacional de assistência estudantil, pautada no aumento da qualidade de vida e melhores condições de estudo e sociabilidade para os discentes do ensino superior brasileiro” (JESUS *et al*, 2016, p. 248), ganha relevância o processo de gestão – e dentro desta o papel dos gestores, como sujeitos e agentes das tomadas de decisão - como elo materializador da Política Pública na instituição universitária, tendo em vista sua essencialidade na interação e constituição da Política Institucional (SOUZA; GONÇALVES, 2017; RIBEIRO, 2013).

Diante do exposto, motivada pela vivência profissional no CCA/UFSC e como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU), em que busco aderência à linha de pesquisa Políticas Públicas e Sociedade (UFSC, [201-?]a), que estuda a interface entre políticas públicas, universidade e sociedade visando desenvolver soluções inovadoras para a gestão universitária, trago como tema de pesquisa a oferta de apoio pedagógico desenvolvida pelo SAP/CCA e sua inter-relação com a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, problematizando-o por meio da pergunta de pesquisa: como se constitui, no olhar dos gestores, o Setor de Apoio Pedagógico do CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação da UFSC?

Problematizar a configuração do SAP/CCA na materialidade das políticas educacionais é evidenciar nuances que envolvem a gestão universitária da oferta de apoio pedagógico aos estudantes. Desse modo, considero que este Estudo possa quiçá constituir uma contribuição teórico-prática articulada às narrativas de gestores, a partir do campo da Administração Universitária, acerca da gestão dos tempos e espaços do apoio pedagógico aos estudantes da UFSC. Outrossim, que ao tomar por base material de análise o SAP/CCA, esta Pesquisa possa evidenciar elementos que o permeiam e constituem, de modo a auxiliar a qualificação e a potencialização deste espaço administrativo-pedagógico da UFSC.

Isto posto, apresento como Objetivo Geral do presente Estudo: compreender como se constitui, no olhar dos gestores, o Setor de Apoio Pedagógico do CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação.

Para o desenvolvimento do Objetivo Geral, delineio os seguintes Objetivos Específicos:

- a) Descrever o Setor de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Agrárias;
- b) Conhecer a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC;
- c) Apresentar um olhar sobre a Política Pública de Assistência Estudantil; e,
- d) Propor ações para o fortalecimento do Setor de Apoio Pedagógico do CCA como parte integrante da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação.

Para responder aos objetivos construí o substrato teórico da pesquisa a partir de dois pressupostos teórico-metodológicos de Triviños (1987; 2001), segundo os quais:

1) a compreensão é como uma perspectiva metodológica apoiada na interpretação que, ao permitir o confronto entre o sujeito e o fenômeno, rejeitando o distanciamento alienante entre eles, constitui uma tentativa ampla de superação das explicações mais simples de natureza causal (TRIVIÑOS, 2001);

2) os fenômenos sociais constituem uma realidade material e objetiva que se apresenta como a síntese de múltiplas relações, ou seja, como a configuração de problemas interligados para cuja solução é preciso ter uma certa visão de conjunto deles (KONDER, 2008; TRIVIÑOS, 2001;). Doravante, é conveniente que o pesquisador elabore sua visão de conjunto do fenômeno partindo da análise de algo simples e concreto a ele relacionado, emanado da sua prática social, com vistas a buscar reflexões teóricas sobre determinado fenômeno presente na sua realidade, na sua prática, sem, é claro, desconsiderar as inter-

relações do fenômeno com outras estruturas significativas da realidade com as quais se relaciona e integra (TRIVIÑOS, 2001).

Nestes pressupostos, almejo um caminho teórico-metodológico a ser percorrido cujo ponto de partida é o Setor de Apoio Pedagógico do CCA, por ser o que considero, a partir da minha prática social, como a realidade concreta que me é mais próxima ao fenômeno de investigação proposto. Como próximo passo, busco conhecer a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes para, em seguida, apresentar um olhar sobre a Política Pública de Assistência Estudantil. Feito isto, retorno ao meu ponto de partida, trazendo reflexões sobre o desenvolvimento do apoio pedagógico no CCA a partir da visão de conjunto que esta caminhada multifacetada possa me proporcionar. Para melhor ilustrar o caminho a ser trilhado, recorro à Figura 01: Caminho Teórico-Metodológico do Estudo.

Figura 01- Caminho Teórico-Metodológico do Estudo



Fonte: Elaborado pela Autora.

Importante destacar que a visão de conjunto do fenômeno, proporcionada pela viagem nos dois sentidos, é sempre provisória e não pretende esgotar a realidade a que se refere, a qual é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela, de modo que há

sempre algo que escapa as nossas sínteses, mas isso não impede o esforço de elaborá-las se quisermos entender melhor a realidade (KONDER, 2008).

O presente Estudo estrutura-se em seis capítulos. Neste primeiro capítulo, nomeado Considerações Iniciais, introduzi a Pesquisa, seus objetivos e sua delimitação teórica.

Adiante, no segundo capítulo intitulado Setor de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Agrárias, apresentei uma descrição do Setor de Apoio Pedagógico do CCA, assim como o contexto onde está inserido, ou seja, o Centro de Ciências Agrárias.

No terceiro capítulo, chamado Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação, discorri sobre esta Política, pautando-me na descrição do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação e do Programa de Monitoria de Graduação, ambos desenvolvidos pela Coordenadoria de Apoio Pedagógico da UFSC.

No quarto capítulo, denominado Política Pública de Assistência Estudantil, apresentei um olhar sobre essa Política Pública em Educação, considerando seu processo histórico de construção a partir de três tópicos: a trajetória da assistência estudantil no espaço universitário brasileiro; a regulamentação do PNAES; e a diversidade de concepções de assistência estudantil.

No quinto capítulo, designado Caminho Metodológico, caracterizei o tipo e natureza do Estudo, os sujeitos da pesquisa e os métodos de coleta e análise de informações propostos para a realização da presente Pesquisa.

No sexto capítulo, intitulado Análise das Informações Coletadas, analisei as informações coletadas a partir das categorias e seus respectivos conteúdos base, busquei, a partir da minha visão, identificar as falas mais significativas dos entrevistados e relacioná-las ao caminho teórico percorrido na trajetória deste Estudo.

Por fim, no sétimo capítulo denominado Considerações Finais, retornei ao ponto de partida deste Estudo, respondendo ao objetivo inicialmente pretendido, propondo algumas ações no tocante ao fortalecimento do Setor de Apoio Pedagógico do CCA como parte integrante da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.

2 SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Neste capítulo apresento uma descrição do Setor de Apoio Pedagógico do CCA, considerado como ponto de partida fundamental para a compreensão do meu fenômeno de investigação.

A criação do SAP/CCA ocorre a partir da lotação no Centro de uma servidora (UFSC, 2010b; 2010d) designada pela Direção do CCA para realizar, juntamente com os Coordenadores de Curso de Graduação e Chefes de Departamento, o acompanhamento das atividades acadêmicas de todos os estudantes, sendo uma das metas o acompanhamento individual aos mesmos, dando-lhes o apoio necessário para garantir o melhor desempenho no ambiente do CCA (UFSC, 2010g).

A determinação de criar o SAP e, conseqüentemente, de solicitar ao órgão de Gestão de Pessoas da UFSC um servidor que pudesse desenvolver as atividades, partiu da gestão do Centro e foi motivada, especialmente, pela necessidade de implementar melhorias no curso de graduação em Agronomia (UFSC, 2008; 2010a), considerando o desempenho insatisfatório (conceito dois) obtido pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2007 (BRASIL, 2008).

Desse modo, o SAP/CCA iniciou suas atividades a partir de janeiro de 2010, após lotação no Centro de uma servidora ocupante do cargo de TAE para desenvolver as atividades (UFSC, 2010d). O TAE é um dos cargos que integram o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), estruturado por meio da Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005). O ingresso para o cargo se dá mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, requerendo diploma de Curso Superior em Pedagogia ou Licenciaturas (BRASIL, 2005).

São exemplos de atividades típicas do TAE: planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos (BRASIL, 2005).

O SAP/CCA teve um período de funcionamento inicial que durou dois anos, no decorrer do qual esteve estruturado da seguinte maneira: integrado por uma servidora com horário de trabalho integral, subordinado diretamente à Direção do CCA e localizado fisicamente em sala própria junto à Secretaria Administrativa do Centro.³

Durante esse primeiro período de funcionamento, as atividades desenvolvidas pelo setor consistiram no acolhimento e acompanhamento pedagógico de discentes do curso de Agronomia, por meio de oficinas e atendimentos individualizados dos estudantes com dificuldades de desempenho acadêmico, os quais eram identificados pelos docentes e encaminhados para o SAP. Os atendimentos eram realizados tanto na sala do SAP/CCA, quanto na sala da Coordenadoria do Curso de Agronomia.⁴

A partir de dezembro de 2011 as atividades do SAP/CCA foram interrompidas após a exoneração da servidora que atuava no setor (UFSC, 2011). Passados seis meses em que permaneceu fechado enquanto aguardava a reposição de um(a) servidor(a), o SAP/CCA retomou seu funcionamento por um breve período de sete meses, iniciado em junho de 2012 com a minha remoção para o Setor (UFSC, 2012c) e findado em dezembro do mesmo ano quando assumi função gratificada em outro setor do CCA (UFSC, 2013c).

Durante esse segundo período de funcionamento, o SAP/CCA ampliou a assistência aos discentes abrangendo estudantes dos cursos de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia, além de prestar auxílio esporádico aos docentes da graduação, a partir das necessidades individuais ou coletivas por eles apresentadas, mantendo-se para os alunos o acolhimento e o acompanhamento pedagógico individualizado, conforme suas demandas (UFSC, 2013a).

São exemplos de atividades desenvolvidas pelo SAP/CCA nesse segundo período de funcionamento (UFSC, 2013a): participação em reuniões de Colegiado de Curso, de Núcleo Docente Estruturante (NDE) (UFSC, 2010e) e nos fóruns de graduação da Agronomia e da Zootecnia; atendimento individual a estudantes; atendimento a pais de alunos; elaboração do relatório da reprovação dos calouros da Agronomia em disciplinas das áreas de Química e Matemática; auxílio na elaboração e revisão da proposta de projeto do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Agronomia e de Engenharia de Aquicultura; reunião com Comitê

³Informações obtidas em 2012, por meio de relatos orais dos Coordenadores e Secretários dos Cursos de Graduação do CCA, bem como da servidora que atuara no SAP nos anos de 2010 e 2011.

⁴Informações obtidas em 2012, por meio de relatos orais dos Coordenadores e Secretários dos Cursos de Graduação do CCA, bem como da servidora que atuara no SAP nos anos de 2010 e 2011.

de Acessibilidade da UFSC para acompanhamento de estudantes do CCA, com posterior condução do processo de seleção e supervisão de estagiários para atuarem como acompanhantes de estudantes com deficiência; apresentação do SAP/CCA na disciplina de Introdução a Agronomia; participação em reuniões entre Coordenadores de Curso e docentes, visando alinhar condutas; mapeamento dos alunos da Zootecnia e Engenharia de Aquicultura com IAA abaixo de 6,0, seguido de convite aos alunos para propor acompanhamento pedagógico; participação na construção, no âmbito do NDE, da proposta de alteração do currículo do curso de Agronomia (como rearranjo do núcleo básico, fluxograma de pré-requisitos, flexibilização da disciplina de Vivência⁵); e, mapeamento da estrutura de apoio pedagógico aos estudantes da UFSC.

Findado o segundo período de funcionamento do SAP em dezembro de 2012, o Setor permaneceu fechado por três anos seguidos enquanto aguardava a reposição de um(a) servidor(a) que pudesse desenvolver as atividades. Estas foram definitivamente retomadas em fevereiro de 2016 com o meu retorno para o Setor (UFSC, 2016c).

A partir de 2016, o SAP/CCA foi estruturado com a finalidade de (UFSC, 2016b, n.p):

Colaborar com a comunidade acadêmica do CCA na realização do processo educativo, oferecendo apoio e suporte pedagógico aos estudantes e docentes envolvidos com a graduação, em consonância com as diretrizes institucionais das Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis da UFSC.

Como objetivos específicos, o SAP/CCA se propõe a (UFSC, 2016b, n.p):

- a) Cooperar com os Coordenadores de Curso de Graduação e demais docentes na orientação aos estudantes do seu curso, estando sempre em contato com eles, auxiliando-os na tarefa de compreender o comportamento das turmas e dos alunos, em particular;
- b) Apoiar os coordenadores dos cursos de graduação nas questões estudantis;
- c) Coletar e sistematizar informações necessárias ao desenvolvimento das atividades de apoio pedagógico;

⁵ A disciplina de Vivência em Agricultura Familiar é componente curricular obrigatório dos cursos de Agronomia e Zootecnia, sendo ministrada na 4ª fase. Durante a disciplina, o graduando tem a oportunidade de permanecer por três semanas na residência de uma família de agricultor familiar, conhecendo de perto seu ambiente de vida e trabalho para entender sua lógica de funcionamento e de processo decisório (UFSC, [201-?]g).

- d) Estimular a cooperação dos docentes na identificação, encaminhamento e ajuda a alunos com problemas ou dificuldades de aprendizagem;
- e) Prestar acompanhamento individualizado aos estudantes com baixo desempenho acadêmico;
- f) Contribuir para o desenvolvimento pessoal do aluno, auxiliando-o na resolução de seus problemas de vida e de estudo;
- g) Atender alunos com dificuldades de aprendizagem e conduta e encaminhá-los a atendimentos especializados;
- h) Assistir o aluno na análise de seu desempenho escolar e no desenvolvimento de atitudes responsáveis em relação ao estudo;
- i) Colaborar na recepção aos alunos novos e na sua adaptação e integração à universidade;
- j) Promover ações que conduzam à integração harmônica da comunidade acadêmica;
- k) Acolher os pais ou responsáveis que se interessam e desejam conhecer mais o Centro de Ciências Agrárias e a UFSC para melhor acompanhar seus filhos e filhas, agora na condição de estudantes universitários;
- l) Manter contato com os pais ou responsáveis pelos alunos;
- m) Procurar captar a confiança e cooperação dos alunos, ouvindo-os com paciência e atenção; e,
- n) Manter os docentes informados quanto às atitudes do SAP junto aos alunos.

Neste terceiro período de atividades, iniciado em fevereiro de 2016, o SAP/CCA manteve a mesma estrutura dos períodos anteriores de funcionamento, ou seja, continuou sendo integrado por apenas uma servidora, subordinado diretamente à Direção do CCA e localizado fisicamente em sala própria junto à Secretaria Administrativa do Centro.

O SAP/CCA manteve para os alunos o acolhimento e o acompanhamento pedagógico individualizado, de acordo com as demandas surgidas, além de prestar auxílio esporádico aos docentes da graduação, conforme suas necessidades individuais ou coletivas.

São exemplos de atividades desenvolvidas pelo Setor entre 2016 e 2017 (UFSC, 2018f): acolhimento e acompanhamento pedagógico de estudantes com dificuldades de desempenho acadêmico; atendimento a pais de alunos; apoio na elaboração e realização do levantamento das necessidades de capacitação dos docentes do CCA; apoio na elaboração da proposta de adesão do curso de Agronomia ao Programa de Dupla Diplomação da UFSC; participação na discussão do abuso de drogas no CCA, no âmbito do Conselho da Unidade; apoio às atividades de preparação dos alunos matriculados na disciplina de Vivência em Agricultura Familiar; facilitação na realização de módulos de apoio pedagógico do PIAPE (UFSC, 2013b) no CCA; facilitação na realização de monitorias de Pré-Cálculo, Física e Química nas dependências do CCA; apresentação do SAP/CCA na disciplina de Aquicultura Geral I; participação em discussões acerca do regime de pré-requisitos das disciplinas do

currículo do curso de graduação em Engenharia de Aquicultura, no âmbito do seu NDE; e, participação na semana integrada de recepção aos calouros do CCA.

Com relação aos atendimentos individualizados a alunos realizados pelo SAP/CCA, registram-se 32 alunos atendidos ao longo de 2017 (UFSC, 2018f) e 40 alunos atendidos no primeiro semestre de 2018 (UFSC, 2018b).

Considerando sua finalidade e objetivos, bem como atividades desenvolvidas, verifica-se que o SAP/CCA busca oferecer ao estudante assistência pedagógica na perspectiva da Orientação Acadêmica, um dos âmbitos da Orientação Educacional (OE).

A OE é compreendida como um processo integrado, organizado e criativo de ajuda a qualquer sujeito, em qualquer idade, visando garantir seu desenvolvimento integral e que possa solucionar os próprios problemas por si mesmo, com utilidade e aplicabilidade a todas as esferas da vida (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010; GRINSPUN, 2001).

Em sua origem, a prática da OE restringiu sua atuação a um tipo de necessidade (a escolha vocacional ou profissional) e a jovens que cursavam o ensino médio, sendo oferecida fora dos sistemas educativos formais e empregando métodos e técnicas fortemente influenciados pela teoria de Frank Parsons, considerado o precursor da OE ao criar em 1908, em Boston, a Oficina de Orientação Vocacional. Mais tarde, no ano de 1912, em Detroit, o administrador escolar Jesse S. Davis foi o responsável pela introdução da OE nas escolas, por meio de um programa de orientação vocacional e moral (GRINSPUN, 2001).

Ao longo do Século XX a OE ampliou seu foco de atenção ao englobar, além das necessidades vocacionais, outras relacionadas ao processo de aprendizagem e estudo, aos aspectos pessoais e sociais dos sujeitos. Ampliaram-se, também, os níveis escolares em que era organizada, desenvolvendo-se em instituições de Ensino Fundamental e Médio, como também em universidades, sobretudo no decorrer dos últimos quarenta anos (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010; GRINSPUN, 2001).

Estudos sobre a necessidade e a importância da OE na universidade apontam como fatores que demandam a criação de serviços de OE o aumento das taxas de evasão e repetência, a desinformação e desorientação acadêmica e profissional, o desajuste entre a formação universitária e as exigências do mundo do trabalho (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010; PASTRANA; LAGUNA, 2009). Acerca da demanda de estudantes universitários por OE, Dondé da Silva (1999, p. 1) aponta que:

é grande a preocupação com os jovens que irão interagir nesse contexto, no que concerne às questões da motivação, da decisão, da maturidade e da opção por uma determinada profissão, problemas que muitas vezes ocasionam desinteresse e insucesso escolar.

Para que o aluno tenha um bom aproveitamento, há necessidade de orientação no que diz respeito às possibilidades de estudo, à seleção de disciplinas e à sua adaptação ao contexto universitário. A assistência, nesse momento, possibilita a sua estruturação e equilíbrio, imprescindíveis ao bom desempenho acadêmico.

Segundo Coulon (2008), para muitos estudantes a passagem do Ensino Médio para o Ensino Superior é marcada por rupturas simultâneas que podem favorecer o fracasso e o abandono na universidade, fenômenos que ocorrem principalmente nos primeiros anos após o ingresso. Tratam-se de rupturas nas condições de existência, na vida afetiva (com a passagem, na maioria dos casos, da vida no seio da família para uma vida mais autônoma) e, sobretudo, uma ruptura psicopedagógica, na qual a relação pedagógica com os docentes da universidade é, em geral, extremamente reduzida.

Se o tempo do ensino médio é aquele do tutelamento, o tempo do ensino superior é o do anonimato, também em relação aos outros estudantes. Isto provoca comportamentos muito diferentes por parte dos novos estudantes, cujas referências habituais foram todas subvertidas ao mesmo tempo. Uma nova identidade está por ser construída, uma nova relação com o saber precisa ser elaborada (COULON, 2008, p. 34).

A passagem para a universidade significa também mudanças significativas nas relações que o sujeito mantém com três modalidades presentes em toda a aprendizagem: o tempo, o espaço e as regras do saber (COULON, 2008).

A relação com o tempo se encontra profundamente modificada: as aulas não têm mais a mesma duração; o ritmo de trabalho é muito diferente; o volume semanal de horas é muito mais pesado que no ensino médio; as provas não acontecem nos mesmos momentos do ano; e, o esforço que precisam empregar não se distribui da mesma maneira (COULON, 2008).

Quanto à relação com o espaço, uma universidade é imensa, organizacional e administrativamente complexa – infinitamente maior que um colégio – ao ponto que os estudantes têm dificuldades, no início, de encontrar a sala de aula ou a secretaria certa (COULON, 2008).

Todavia, a mudança mais espetacular que a entrada na vida universitária vai trazer para o estudante, na sua relação com a aprendizagem, associa-se às regras do saber:

É preciso distinguir esses dois aspectos, apesar de que a relação com o saber é subjacente à relação mais global com as regras. Na

universidade, inicialmente, há um número expressivo delas que atuam, eventualmente, de forma simultânea, além de serem muito mais complexas. Elas são, com frequência, articuladas umas às outras resultando em que, o desconhecimento de uma delas, provoque a ignorância de todo um grupo de regras que lhe são relacionadas. Além das regras propriamente ditas, “o sentido do jogo” é muito diferente. Quanto à relação com o saber, ele é totalmente modificado quando se entra na universidade, ou pela amplitude dos campos intelectuais abordados, ou em razão de uma maior necessidade de síntese ou ainda, por causa do laço que o ensino superior estabelece entre esses saberes e a atividade profissional futura (COULON, 2008, p. 35).

Por fim, os universitários precisam lidar com problemas complexos decorrentes do processo de amadurecimento biológico, emocional, afetivo, social e de definição da própria identidade. A OE poderá “oportunizar-lhes autoconhecimento, ampliando a aceitação de si mesmo e expandindo o seu potencial de auto-realização e satisfação” (DONDE DA SILVA, 1999, p. 02).

Neste sentido, pelo menos três são os âmbitos em que os universitários necessitam de orientação: pessoal, vocacional e acadêmico (ALMEIDA; SOARES, 2004). O âmbito pessoal inclui necessidades de orientação sobre os objetivos e metas pessoais, a auto-estima, os interesses, o planejamento pessoal da vida. A Orientação Pessoal busca que o aluno alcance um melhor conhecimento de si mesmo, um desenvolvimento da sua maturidade pessoal e um compromisso com a efetivação do seu projeto de vida (ALMEIDA; SOARES, 2004; PASTRANA; LAGUNA, 2009).

O âmbito vocacional inclui necessidades de orientação relacionadas ao conhecimento sobre a prática e a inserção laboral, tais como perfis profissionais, áreas de atuação profissional, mercado de trabalho, habilidades requeridas para empregar-se conforme a formação recebida (ALMEIDA; SOARES, 2004; PASTRANA; LAGUNA, 2009).

O âmbito acadêmico inclui necessidades de orientação relacionadas com a escolha de disciplinas optativas ou itinerários formativos, ajuda para melhorar o trabalho intelectual e as estratégias de estudo. Assim, a Orientação Acadêmica busca promover melhora do desempenho acadêmico, desenvolvimento de competências vinculadas ao estudo, adaptação do estudante ao curso, esclarecimento de metas formativas e facilitação dos processos de tomada de decisão, objetivando o desenvolvimento integral do estudante (ALMEIDA; SOARES, 2004; PASTRANA; LAGUNA, 2009).

Desse modo, ao desenvolver suas atividades na perspectiva da Orientação Acadêmica, o SAP/CCA direciona sua atenção aos estudantes ingressantes nos Cursos de Graduação oferecidos pelo CCA, um dos quinze Centros de Ensino da UFSC (UFSC, 2018h).

O ensino, em todas as modalidades oferecidas pela UFSC — da Educação Infantil aos estágios de pós-doutorado —, representa uma das atividades fundamentais da Instituição e baseia-se no processo de socialização do conhecimento (UFSC, 2015a). Em conjunto com a pesquisa e a extensão, constituem as principais áreas de atuação acadêmica da UFSC no desenvolvimento da sua missão de

(...) produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (UFSC, 2015a, p. 22).

Em sua estrutura administrativa e didático-científica (UFSC, 1978a), a UFSC se organiza em Unidades Universitárias, as quais são responsáveis por agrupar o ensino e a pesquisa básica em torno de áreas fundamentais do conhecimento humano. Recebendo a denominação de Centros, a UFSC possui quinze destas Unidades, distribuídas entre os *campi* de Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville.

O CCA é a Unidade Universitária da UFSC que coordena e aglutina atividades de ensino, pesquisa e extensão com a finalidade de promover o desenvolvimento das Ciências Agrárias, por meio da geração, organização, avaliação e difusão do conhecimento científico e tecnológico e da formação de profissionais cidadãos, contribuindo para o bem-estar social e o uso racional dos recursos naturais, tendo como princípio a defesa da democracia, da ética e do desenvolvimento sustentável (UFSC, 2017c).

O CCA, em relação a sua localização geográfica, possui uma peculiaridade quanto aos demais Centros de Ensino pertencentes ao *campus* João David Ferreira Lima, situado no bairro Trindade, em Florianópolis: trata-se do único centro localizado fora do referido *campus*, em bairro próximo denominado Itacorubi, possuindo áreas experimentais e didáticas também em outros bairros de Florianópolis, como Tapera, Barra da Lagoa e Armação-Lagoa do Peri (UFSC, [201-?]c).

Em seu interior, os Centros encontram-se, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica, bem como de distribuição de pessoal, estruturados em Subunidades (UFSC, 1978a). Recebendo a denominação de Departamentos, eles são constituídos por, no mínimo, quinze docentes, os quais ficam responsáveis por desenvolver o

ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito de suas áreas específicas. Assim, o CCA encontra-se estruturado em cinco Departamentos: Aquicultura, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Rural, Fitotecnia, e Zootecnia e Desenvolvimento Rural (UFSC, 1978a; 2017c).

No que tange à administração dos Centros e Departamentos, esta se efetiva em dois níveis: deliberativo e executivo (UFSC, 1978a). Nos Centros, ocorre por intermédio do Conselho (na instância deliberativa) e pela Direção (na instância executiva). Nos Departamentos ocorre por intermédio do Colegiado (na instância deliberativa) e pela Chefia (na instância executiva) (UFSC, 1978a).

Para o desenvolvimento do ensino de graduação, a UFSC oferece Cursos que têm por objetivo proporcionar formação de nível superior, de natureza acadêmica ou profissional, que habilite à obtenção de grau universitário, e serão abertos à matrícula de candidatos que tenham obtido certificado de conclusão do Ensino Médio e que tenham sido classificados em Processo Seletivo (UFSC, 1978a; 1997).

Vinculados aos Centros com que tenham maior afinidade nas áreas de conhecimento, cada Curso de Graduação terá um Colegiado responsável pela coordenação didática e integração de estudos, cuja Presidência e Vice-Presidência serão exercidas pelos respectivos Coordenadores e Subcoordenadores de Curso, eleitos de acordo com o Regimento dos Cursos de Graduação (UFSC, 1978a).

Quanto à organização e estrutura, os Cursos de Graduação são compostos por um currículo pleno que abrange uma sequência de disciplinas e/ou blocos de disciplinas, ordenadas por meio de pré-requisitos, quando didaticamente recomendável (UFSC, 1997).

As disciplinas se dividem entre aquelas desdobradas das matérias do currículo mínimo do curso, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); disciplinas complementares obrigatórias, necessárias à formação profissional do aluno; e disciplinas optativas, obedecidas os pré-requisitos, de livre escolha do aluno. As disciplinas serão oferecidas durante o ano letivo, o qual divide-se em dois períodos, cada qual com duração mínima de 100 (cem) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (UFSC, 1997).

Em relação ao regime acadêmico dos cursos, estes terão sua duração fixada em horas-aula (sendo que uma hora-aula corresponde ao tempo de cinquenta minutos) e a carga

horária, mínima e máxima, por período letivo, será determinada pelo colegiado do curso, observados os prazos de integralização do currículo fixados pelo CNE (UFSC, 1997).

Quanto ao rendimento estudantil, sua verificação compreenderá a frequência e o aproveitamento nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente, sendo obrigatório um comparecimento mínimo de 75% às atividades correspondentes a cada disciplina e o alcance da nota mínima 6,0 para aprovação. O aluno com frequência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 e 5,5 terá direito a uma nova avaliação no final do semestre, exceto nas disciplinas que envolvam Estágio Curricular, Prática de Ensino e Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) ou equivalente, ou disciplinas de caráter prático que envolvam atividades de laboratório (UFSC, 1997).

No Centro de Ciências Agrárias são ofertados quatro Cursos de Graduação: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia. O mais antigo deles é o curso de Agronomia, criado em 1975, sendo o primeiro do Estado de Santa Catarina, seguido da criação do curso de Engenharia de Aquicultura em 1998, sendo este o primeiro do Brasil. Mais tarde, nos anos de 2007 e 2008, foram criados, com recursos do REUNI (BRASIL, 2007a), os cursos de Zootecnia e Ciência e Tecnologia de Alimentos, respectivamente (NECKEL e KÜSHLER, 2010).

O ingresso nos cursos de graduação do CCA, assim como nos demais cursos de graduação da UFSC, ocorre mediante Vestibular, SISU/Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), transferências (interna e externa) e retorno de graduado (UFSC, [201-?]d), sendo oferecidas, por semestre, cerca de 231 novas vagas, de modo que o CCA conta com 1.251 alunos de graduação regularmente matriculados no segundo semestre de 2019 (UFSC, 2019).

Os estudantes do CCA compõem juntamente com os discentes matriculados nos demais 107 Cursos de Graduação ofertados pela UFSC uma comunidade heterogênea de 29.303 graduandos (UFSC, 2018h). Nesse cenário, a Universidade “tem buscado adaptar sua estrutura de ensino às demandas do contexto sócio-político-cultural, inserindo-se, portanto, na dinâmica da sociedade” (UFSC, 2015a, p. 35).

Nessa perspectiva, Paula (2017) aponta que a concepção de democratização da educação superior deve ser construída sobre quatro dimensões: a do acesso/ingresso, a da permanência/conclusão, a da formação com bom nível de qualidade e a da inclusão das camadas subalternizadas socialmente na educação superior, ressaltando que o processo de democratização só se completará “se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de

concluintes, com integração crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda” (PAULA, 2017, p. 305).

No mesmo sentido, Dias Sobrinho (2010, p. 1226) destaca que

(...) a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”.

Desse modo, o movimento de expansão da educação superior ocorrido na primeira década dos anos 2000 representa o primeiro passo na direção da democratização do sistema, porém não é suficiente para a inclusão, de fato, das camadas social e historicamente excluídas, uma vez que existem barreiras relacionadas à permanência desses estudantes, pois eles enfrentam dificuldades materiais e acadêmicas, relativas a sua trajetória na educação básica e ao seu capital econômico, social e cultural (PAULA, 2017).

São dificuldades de ordem econômica, relacionadas à problemas financeiros e necessidade de trabalhar; de ordem pedagógica, relacionadas à deficiências na formação escolar antecedente que comprometem o acompanhamento dos conteúdos de ensino; e de ordem simbólico-subjetiva, relacionadas ao papel do professor universitário e a percepção de não pertencimento dos estudantes em relação ao ambiente universitário (PAULA, 2017).

Neste cenário, as ações de apoio direcionadas para o suprimento das demandas de ordem pedagógica dos estudantes potencializam-se como ações de permanência/inclusão, contribuindo, dessa forma, para o processo de democratização da educação superior e para o fortalecimento do papel da universidade como instituição social (CHAUÍ, 2003).

Concebida como instituição social, a universidade exprime

(...) de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. (...) desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2003, p. 05).

Neste sentido, além de inseparável das ideias de formação, reflexão, criação e crítica (considerando que a legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado), a concepção da universidade como instituição social também é inseparável da ideia de democracia e democratização do saber, considerando a conquista da educação e da cultura como direitos por meio das lutas sociais e políticas dos últimos séculos (CHAUI, 2003).

Para o desenvolvimento da oferta de apoio pedagógico aos seus estudantes como uma prática de democratização do saber, as instituições universitárias apóiam-se em processos e práticas de gestão universitária por meio das quais são materializadas as políticas institucionais que norteiam a execução das atividades.

3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES

A Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, no contexto da Política Institucional de Ensino (UFSC, 2015a), constitui um dos objetivos estratégicos a serem alcançados para o desenvolvimento do ensino na UFSC no período de 2015 a 2019, conforme consta do Plano de Desenvolvimento Institucional (UFSC, 2015a, p. 40), em seu “Objetivo 5 - Estabelecer uma política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes (graduação e pós-graduação)”. Para o alcance deste objetivo, estão elencadas como metas (UFSC, 2015a, p. 40):

- Institucionalizar e acompanhar constantemente as atividades de estágios, de monitoria, de tutoria e de apoio e orientação pedagógica em todos os campi, integrando-as às necessidades dos conteúdos disciplinares;
- Monitorar os índices de reprovação e evasão nos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância;
- Promover orientação pedagógica e educacional individual e em grupos para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de aprendizagem e para a redução dos problemas de atenção e aprendizagem;
- Desenvolver ações inovadoras para reduzir a evasão, com a participação dos estudantes de pós-graduação e dos servidores técnico-administrativos;
- Aprimorar a política institucional de avaliação pelos discentes que colabore para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Promover a integração entre todos os agentes institucionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, facilitando a comunicação, o encaminhamento e a resolução das demandas acadêmicas; e,
- Colaborar para a integração acadêmica de estudantes estrangeiros matriculados na instituição, favorecendo a internacionalização com qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC.

A responsabilidade por coordenar a formulação e a implementação de políticas para o ensino está a cargo da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) (UFSC, 2015a), órgão executivo central da UFSC com a missão de promover a educação básica e de graduação, assegurando aos alunos condições amplas para o exercício da cidadania e das atividades profissionais. No âmbito da PROGRAD, a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação (UFSC, 2015a) se materializa pelas ações da CAP, a qual compete implementar, organizar e executar ações de acompanhamento e apoio pedagógico aos estudantes de graduação.

A CAP/PROGRAD (UFSC, [201-?]b), por considerar que os processos de ensino-aprendizagem são fundamentalmente processos de formação humana, implicando em relações multidimensionais complexas que envolvem os sujeitos sociais, promove ações de ensino-aprendizagem. Estas ações têm como eixo: o acompanhamento e o apoio pedagógico de discentes por meio do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (UFSC, 2013b) e do Programa de Monitoria (UFSC, 2015d), os quais são oferecidos a todos os estudantes da graduação, de forma universal, a partir do seu ingresso na UFSC, conforme seus interesses e necessidades, e visam oferecer condições de igualdade de aprendizagem aos diferentes perfis de alunos ingressantes na Instituição.

O Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação da UFSC (UFSC, 2013b) tem como objetivo proporcionar apoio pedagógico aos processos de aprendizagem dos estudantes de graduação, organizando-se a partir de um conjunto de ações que visam promover uma formação integral de bom nível de qualidade a todos os graduandos da Instituição.

A criação de um programa institucional voltado ao apoio pedagógico à aprendizagem dos estudantes resulta de um diagnóstico acerca das ações desenvolvidas no âmbito da PROGRAD e do Programa de Ações Afirmativas. Uma avaliação destas ações demonstrou a necessidade de superar-se ações pontuais ou exclusivamente voltadas para estudantes ingressantes no PAA (UFSC, 2007), avançando-se na direção de um programa de caráter universal, voltado a todos os estudantes que desejam participar. Não é de caráter obrigatório, mas estimula-se a participação dos discentes certificando-se sua presença, o que poderá, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso, ser validado no espectro de atividades complementares (UFSC, 2013b).

A abordagem pedagógica do Programa (UFSC, 2013b) toma como pressuposto que os processos de ensino-aprendizagem são fundamentalmente processos de formação humana, em que tanto ensinar e aprender supõem relações multidimensionais determinadas tanto pelos conhecimentos referenciados em práticas sociais de transmissão e suas normas reguladoras, como também por experiências subjetivas que modelam e dão sentido às formas objetivas de organização dos processos de formação. Partindo desse pressuposto, o PIAPE (UFSC, 2013b, p. 35) compreende que:

(...) as dificuldades expressas pelos estudantes na apropriação dos conteúdos disciplinares devem-se a múltiplos fatores, dentre os quais podemos destacar: o modo como seus professores ensinam e os sentidos que estes atribuem àquilo que é objeto de conhecimento; as lógicas de apropriação cultural distintas entre os diferentes estudantes

e seus professores; as atividades efetivas e/ou práticas de estudo por parte dos estudantes; a receptividade e os sentidos que os professores dão à docência e a sua tarefa de ensinar; a especificidade dos “conteúdos” ou objetos de aprendizagem e suas normas de constituição interna.

Desse modo, o PIAPE (UFSC, 2013b, p. 11) tem por diretriz geral o desenvolvimento de ações de apoio pedagógico “que favoreçam a permanência e a qualidade dos processos de formação dos estudantes nos cursos de graduação da UFSC, proporcionando-lhes condições pedagógicas que atendam as suas necessidades de aprendizagem”.

Para o atendimento desta diretriz, o PIAPE (UFSC, 2013b, p. 11) tem como objetivos específicos:

Proporcionar acompanhamento, em grupo ou individualizado, aos estudantes que necessitam de apoio na aprendizagem dos conteúdos vinculados tanto às disciplinas teóricas quanto práticas, contribuindo para que obtenham um melhor desempenho acadêmico;
Promover ações de acompanhamento e de orientação aos estudantes com relação ao seu percurso acadêmico, em especial no que se refere à permanência ou à reopção do curso de graduação;
Contribuir para redução dos índices de reprovação e evasão nos diversos cursos da Graduação; e,
Desenvolver ações específicas de acolhimento aos estudantes ingressantes, proporcionando-lhes espaços de formação sobre organização dos estudos e sobre os recursos disponíveis na Universidade, visando ao bom desenvolvimento do seu processo de formação.

Quanto a sua estrutura e funcionamento, o PIAPE (UFSC, 2013b) almeja desenvolver-se de forma participativa estabelecendo espaço de diálogo com professores, estudantes e coordenadores de curso, considerando a importância da participação ativa de todos nas diferentes etapas que constituem as ações propostas e desenvolvidas pelo Programa (UFSC, 2013b).

A participação estudantil está prevista por meio de debate com centros acadêmicos a fim de identificar as necessidades dos estudantes no que tange às áreas de conhecimento, bem como por meio da construção de espaços participativos junto aos alunos para avaliação dos motivos que levam às dificuldades de aprendizagem e dos fatores que podem dificultar a permanência nos cursos de graduação, recolhendo-se proposição de ações que possam potencializar o processo de ensino-aprendizagem, seja no ambiente de sala de aula ou fora desta (UFSC, 2013b).

A participação dos professores está prevista por meio de espaço de debate com grupo de professores, especialmente com aqueles que ministram disciplinas que apresentam taxas elevadas de retenção, e também como os NDE de cursos com elevadas taxas de evasão, recolhendo-se proposição de conteúdos a serem abordados nas diversas ações de apoio pedagógico, notadamente daqueles considerados essenciais e de base para o percurso acadêmico dos estudantes nos cursos de graduação (UFSC, 2013b).

A participação dos coordenadores de cursos de graduação está prevista por meio da criação de espaços de interlocução coletiva ou individualizada, de modo que estes possam auxiliar na avaliação do Programa junto a estudantes e professores, sugerindo novos delineamentos, se necessário. Outra via de participação se dará por meio da cooperação com a CAP na divulgação das ações do PIAPE junto aos alunos (UFSC, 2013b).

O PIAPE (UFSC, 2013b) é oferecido a todos os alunos da graduação, em nível grupal, considerando suas necessidades específicas de aprendizagem, sejam estas relacionadas aos conteúdos básicos vinculados às disciplinas com elevado histórico de reprovação, ou dos conteúdos que perpassam por diversos cursos e representam alto grau de dificuldade para os alunos, como por exemplo, Leitura e Produção Textual. Para tanto, o PIAPE (UFSC, 2013b) se organiza na forma de grupos de aprendizagem vinculados a campos de conhecimentos específicos, sob a responsabilidade de um tutor, sendo que os conteúdos de ensino abordados serão, por sua vez, estruturados em módulos, oportunizando aos estudantes a escolha dirigida àqueles que melhor atendam as suas necessidades de aprendizagem. O plano de atividades para cada módulo deverá ser previamente elaborado pelos tutores, sob a orientação compartilhada da CAP e dos professores coordenadores de áreas.

Por meio do PIAPE os graduandos contam também com a orientação pedagógica e educacional (realizada por pedagogos e psicólogos) que promovem o acompanhamento dos estudantes, individualmente ou em grupos, desenvolvendo técnicas e rotina de estudos e contribuindo para a organização da vida acadêmica dos estudantes (UFSC, 2013b).

Os tutores dos grupos de aprendizagem e os orientadores pedagógicos são, em sua maioria, alunos de mestrado ou doutorado da UFSC, selecionados por meio de processo seletivo e recebem uma bolsa como remuneração (UFSC, 2013b).

Antes do início de cada semestre letivo é disponibilizado, em ambiente virtual, sob a gestão da CAP, a abertura das inscrições para os estudantes que desejem participar dos módulos de apoio pedagógico, sendo que as vagas serão preenchidas por ordem de inscrição.

Mediante frequência mínima de 75% na atividade de apoio pedagógico na qual se inscreverem, os estudantes poderão solicitar certificado de participação (UFSC, 2013b).

O Programa de Monitoria de Graduação encontra-se regulamentado pela Resolução Normativa nº 53/CUn/2015, a qual estabelece como principais objetivos do Programa (UFSC, 2015d, Art. 3º):

I - Possibilitar aos estudantes da graduação experiências relacionadas à docência, por meio de sua inserção na mediação dos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos em disciplinas curriculares, sob a supervisão dos professores por elas responsáveis, fomentando seu interesse pela carreira docente;

II - Contribuir para a melhoria do ensino de graduação, colaborando para o desenvolvimento de atividades didáticas, de experiências pedagógicas e novas práticas e metodologias de ensino, contribuindo também para o desenvolvimento de materiais de apoio que aprimorem o processo de ensino-aprendizagem dos discentes;

III - Proporcionar ao monitor a possibilidade de aprofundamento teórico e prático dos conhecimentos relacionados à disciplina com monitoria, bem como o desenvolvimento de habilidades relacionadas à prática didática e pedagógica; e,

IV - Dar suporte pedagógico aos estudantes da graduação que apresentem dificuldades nos seus processos de aprendizagem, contribuindo para a redução dos índices de retenção e de evasão e melhorando o desempenho acadêmico discente.

Quanto à concepção de monitoria (UFSC, 2015d, Art. 2º), esta é compreendida como uma:

ação pedagógica e didática atribuída ao estudante de Graduação, supervisionada por professor responsável por disciplina de qualquer natureza constante do currículo vigente, que requer planejamento, desenvolvimento e avaliação de modo a atingir, simultaneamente, a formação profissional do próprio discente que se habilita ao papel de monitor e dos demais estudantes legalmente matriculados tanto na disciplina à qual se vincula o monitor, quanto nas disciplinas com ementas semelhantes, respeitado o grau de conhecimento e de experiência deste.

Uma vez selecionado para atuar no Programa para exercer atividades durante um semestre, por 12 (doze) horas semanais distribuídas em no máximo 04 (quatro) horas por dia, compete ao monitor elaborar, conjuntamente com o professor supervisor, o plano de atividades e o cronograma das tarefas previstas para a realização da monitoria; disponibilizar seus horários de atendimento, apresentando-se disponível para os atendimentos de monitoria nos horários divulgados; orientar os estudantes que solicitarem Monitoria; oferecer aos estudantes suporte pedagógico para a realização de seus trabalhos, colaborando para a

compreensão das tarefas, esclarecendo dúvidas e contribuindo para a melhoria do processo de aprendizagem; e, atestar a presença dos estudantes que comparecerem nas reuniões e grupos de estudo (UFSC, 2015d).

Caso não seja verificado nenhum tipo de acompanhamento do monitor aos estudantes, ficará constatado que a bolsa monitoria destinada àquela disciplina não cumpre as funções primordiais de auxiliar no acompanhamento e apoio aos estudantes nos processos de ensino-aprendizagem e de proporcionar aos monitores experiências educativas relacionadas à docência. Neste caso, fica provado que a disciplina não necessita de acompanhamento de monitor, sendo, portanto, impedida de participar do Programa de Monitoria, mediante o pagamento de bolsa, no próximo semestre em que for oferecida (UFSC, 2015d).

As ações de monitoria são desenvolvidas na modalidade remunerada por bolsa ou voluntária, sendo que as bolsas de monitoria são distribuídas anualmente para os Centros de Ensino ou *Campus* por uma Comissão Central de Bolsa Monitoria, nomeada pela PROGRAD, a qual observará, dentre outros critérios para análise e fixação das cotas de bolsa, o número total de alunos matriculados das disciplinas obrigatórias oferecidas pela unidade de ensino, considerando os dois últimos semestres concluídos; bem como o número total de alunos reprovados por nota nas disciplinas obrigatórias de 1ª (primeira) a 4ª (quarta) fases oferecidas pelas unidades de ensino, considerando os dois últimos semestres concluídos (UFSC, 2015d).

A análise, a classificação e a distribuição entre os Departamentos de Ensino ou Unidades equivalentes das cotas de bolsas alocadas pela Comissão Central para cada Centro de Ensino ou *Campus*, são de responsabilidade do próprio Centro de Ensino ou *Campus*, ao qual caberá a nomeação anual de uma Comissão Interna, com a função de avaliar os pedidos e distribuir as bolsas monitoria às disciplinas de seus cursos, levando em conta os critérios mínimos já utilizados pela Comissão Central de Bolsa Monitoria, podendo ainda utilizar outros critérios, a depender das especificidades de cada Centro de Ensino ou Campus (UFSC, 2015d).

Ancorado na implementação do PIAPE (UFSC, 2013b) e do Programa de Monitoria (UFSC, 2015d), o desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação, conforme almejado no PDI (UFSC, 2015a), é perpassado pelo processo de gestão, tendo em vista sua essencialidade como elo de interação e materialização da Política Pública na instituição universitária.

4 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar um olhar sobre a PPAE, considerando o processo histórico de construção dessa política pública em educação a partir de três tópicos: 1) a trajetória da assistência estudantil no espaço universitário brasileiro; 2) a regulamentação do PNAES (BRASIL, 2010); e 3) concepções de assistência estudantil. Neste sentido, ressalta-se que a PPAE

[...] está conjugada ao cenário da educação superior no país, o qual é marcado por grandes transformações que legitimam de maneira incisiva o desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento e o atendimento das necessidades materiais daqueles sujeitos que acessam as IFES⁶ (KOWALSKI, 2012, p. 83).

A Assistência Estudantil (AE) vem sendo construída a partir de diferentes reflexões, debates e práticas implementadas ao longo da História. De iniciativas isoladas e fragmentadas, as discussões em torno da AE vão pouco a pouco se tornando mais complexas e sistemáticas ao longo de seu percurso até ganhar maior legitimidade na agenda do Governo e alcançar o *status* de política pública por meio do Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (DUTRA; SANTOS, 2017).

A primeira manifestação prática da AE foi a construção da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, no ano de 1928 durante o Governo de Washington Luis (DUTRA; SANTOS, 2017). Nessa época o acesso ao Ensino Superior era muito restrito, aberto apenas para as elites brasileiras, as quais tinham a prática de enviar seus filhos para estudar na Europa, cabendo ao Governo Brasileiro o repasse de recursos tanto para a edificação das estruturas como para manutenção da casa e dos estudantes (KOWALSKI, 2012). Desse modo, observa-se “que a AE nasce voltada para o atendimento das classes mais abastadas da sociedade” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 150).

A partir dessa primeira ação, o percurso de formalização da AE como política pode ser sistematizado em três fases distintas:

A primeira fase compreende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o período de democratização política. A partir desse momento, identifica-se uma segunda fase na qual há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da PPAE nas

⁶ Sigla para Instituições Federais de Ensino Superior.

universidades brasileiras. Em decorrência, a terceira fase abrange um período de expansão e reestruturação das IFES seguindo até os dias atuais (KOWALSKI, 2012, p. 82).

A primeira fase inicia-se na década de 1930 do Século XX, sob o governo de Getúlio Vargas, atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras. Nesse período assiste-se o início da conscientização por parte dos estudantes da importância da AE nas universidades brasileiras, bem como a primeira tentativa de reconhecimento de uma política de AE, no âmbito do Estado. No início desse período, as ações de assistência ao estudante constituem-se em mecanismos emergenciais marcados, sobretudo, pelos programas de alimentação e moradia, com destaque para a abertura da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro: um casarão de três andares, acoplado a um restaurante, destinados a auxiliar os estudantes com maiores dificuldades econômicas (DUTRA; SANTOS, 2017).

Em agosto de 1937, no bojo das organizações dessa residência universitária, é realizado o 1º Congresso Nacional de Estudantes durante o qual é criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual se tornará um dos principais sujeitos políticos da luta em prol da AE no País. A preocupação dos universitários acerca da AE expressa-se em 1938 durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, durante o qual foi aprovado um plano de reforma educacional que pretendia apresentar soluções para os problemas educacionais da época, destacando a necessidade de se auxiliar os estudantes com dificuldades econômicas (DUTRA; SANTOS, 2017).

No âmbito do Estado, destaca-se a promulgação do Decreto nº 19.851/1931 (BRASIL, 1931), denominado Lei Orgânica do Ensino Superior (também conhecida como Estatuto das Universidades Brasileiras), que previa a assistência estudantil por meio da concessão de bolsa de estudos com o objetivo de amparar estudantes reconhecidamente pobres (KOWALSKI, 2012). Mais tarde, em 1934, esta Lei alcança *status* constitucional, no qual a AE é regulamentada, com previsão de aplicação de recursos no auxílio a alunos necessitados (DUTRA; SANTOS, 2017). Para este período, Kowalski (2012, p. 88) assinala que

Nesse contexto de restrito acesso ao ensino superior, o Estatuto das Universidades Brasileiras, impondo o modelo universitário como preferencial, instituiu a assistência estudantil. Assim, a marca de nascença da assistência estudantil no Brasil advém do nascimento da universidade e será conservada em toda a história da educação superior brasileira, persistindo na estrutura universitária que incorpora as transformações impingidas por um contexto social em constante processo de transformação (KOWALSKI, 2012, p. 89).

Avançando para a década de 1940, a educação passa a ser concebida como um direito de todos e a AE torna-se obrigatória, em todos os sistemas de ensino, com o objetivo de assegurar aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, conforme previsto na Constituição de 1946 (BRASIL, 1946b; DUTRA; SANTOS, 2017).

Nesta mesma década foi promulgado o Decreto 20.302/1946 (BRASIL, 1946a), estabelecendo que na Seção de Prédios, Instalações e Estudos dos Estabelecimentos de Ensino Superior deveriam ser pensadas alternativas para os problemas relacionados à assistência médico-social destinada a alunos (KOWALSKI, 2012).

A partir da década de 1960, há um maior amadurecimento da temática da AE, que passou a integrar a agenda de lutas do Movimento da Reforma Universitária (formado pelos estudantes, intelectuais e comunidade acadêmica) (NASCIMENTO, 2014), no interior do qual a UNE desempenhou um importante papel defendendo com veemência a pauta da AE. Todavia, com o Golpe Militar de 1964, a UNE passa a ser perseguida e desestruturada pela ditadura, comprometendo a luta pela AE. Com o enfraquecimento do Regime Militar, ao final dos 1970, a reativação da UNE promoveu uma retomada da luta pela AE, sobretudo em prol das moradias estudantis, constituindo marco representativo desta reativação a realização do 1º Encontro de Casas de Estudante, em 1976 (DUTRA; SANTOS, 2017).

Ainda nesse período, destaca-se a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1961) onde a AE é compreendida como um direito que deveria ser garantido a todos os estudantes de forma igualitária e não mais como uma ajuda (DUTRA; SANTOS, 2017; JESUS *et al*, 2016).

Na década de 1970, destaca-se a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), no âmbito do Ministério da Educação, cujo objetivo era manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, enfatizando programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica, entretanto, nos governos posteriores o DAE foi extinto (DUTRA; SANTOS, 2017).

A partir da década de 1980, com a abertura política pós-ditadura militar, e sob o terreno fértil da transição democrática, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) representou um importante marco histórico que possibilitou o aprofundamento das discussões em torno da democratização do acesso e permanência nas universidades, no qual

[...] se buscará os fundamentos para justificar a importância e legitimidade da AE no espaço universitário. No seu artigo 206 está disposto que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios sendo o primeiro [...] a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]. O mesmo texto se apresenta no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, aprovada na década de 1990, oferecendo amparo legal para AE. Tal igualdade seria alcançada mediante uma política efetiva de assistência ao estudante (DUTRA; SANTOS, 2017, p.154).

Neste mesmo período, que marca o início da segunda fase do desenvolvimento histórico da AE, ocorreram os primeiros encontros nacionais dos gestores das IFES, dado origem, posteriormente, ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987 com o objetivo de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante (DUTRA; SANTOS, 2017; NASCIMENTO, 2014).

O FONAPRACE reúne pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil, com a finalidade de sistematizar uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES, na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino (NASCIMENTO, 2014).

No final dos anos 1980 e na década seguinte, ocorre uma maior atenção do Governo acerca do favorecimento de condições mais justas de permanência e acesso ao Ensino Superior, contexto no qual a AE entra num processo de amadurecimento em relação aos direitos dos estudantes, “os quais perpassam pelo acesso aos programas de apoio estudantil, no sentido de dar possibilidades para que esse segmento possa permanecer no espaço universitário e findar seus cursos” (KOWALSKI, 2012, p. 94).

Contudo, na prática o cenário era de isolamento das iniciativas de AE nas IFES, de ações geralmente insuficientes, sujeitas à sensibilidade dos gestores, por serem compreendidas como gastos adicionais para o orçamento já insuficiente das IFES (DUTRA; SANTOS, 2017; NASCIMENTO, 2014), uma vez que a promulgação da LDB de 1996 (BRASIL, 1996) vai registrar a desresponsabilidade do Estado com o financiamento para assistência estudantil.

Com o objetivo de oferecer subsídios sólidos para a formulação de uma política de assistência ao estudante em esfera nacional, o FONAPRACE empenhou-se no desenvolvimento de um trabalho sistemático nas IFES para determinação do perfil

socioeconômico e cultural dos seus discentes, realizando e publicando em 1997 e 2004 pesquisas amostrais que

tornaram evidente a necessidade do desenvolvimento de programas de apoio ao universitário ao demonstrar, entre outros aspectos, a existência de uma parcela significativa de discentes que pertenciam às categorias econômicas C, D e E (em torno de 44%), os quais estão abaixo do padrão médio das necessidades materiais, culturais e de serviços, constituindo a demanda potencial de assistência ao estudante (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 155).

A partir dos resultados dos primeiros levantamentos, o FONAPRACE elabora o Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2007c), o qual é aprovado em 2007 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino (ANDIFES), tornando-se o documento base para todas as ações concernentes ao tema (NASCIMENTO, 2014).

O Plano (BRASIL, 2007c) procurou listar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos, apontando as áreas estratégicas a partir das quais a AE poderia ser desenvolvida nas IFES, além de demonstrar aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a AE, visando garantir o “acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (BRASIL, 2007, n.p). Bem como, “garantir que recursos extra orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil” (BRASIL, 2007c, n.p).

As áreas estratégicas estabelecidas para o desenvolvimento da AE podem ser visualizadas no Quadro 02: Áreas Estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Quadro 02 - Áreas Estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil

ÁREAS	LINHAS TEMÁTICAS
Permanência	Moradia Alimentação Saúde (física e mental) Transporte Creche Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais.
Desempenho Acadêmico	Bolsas Estágios remunerados Ensino de Línguas Inclusão Digital Fomento à participação político-acadêmica Acompanhamento Psicopedagógico.
Cultura, Lazer e Esporte	Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais. Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer.
Assuntos da Juventude	Orientação profissional, sobre mercado de trabalho Prevenção a fatores de risco Meio ambiente Política, Ética e Cidadania Saúde, Sexualidade e Dependência Química.

Fonte: (BRASIL, 2007c).

As contribuições do FONAPRACE para o amadurecimento da AE possibilitaram a disseminação de uma nova concepção de AE como um meio de garantir condições para o bom ensino e para produção do conhecimento científico, rompendo com o ideário da AE como instrumento que desvia verbas do ensino e da pesquisa (NASCIMENTO, 2014).

A partir do Plano (BRASIL, 2007c), o processo de regulamentação da AE como Política Pública se daria preliminarmente, no âmbito do MEC, com a Portaria Normativa nº 39, por meio da qual foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil, culminando em 2010 com a institucionalização do Programa, a partir do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), garantindo a obrigatoriedade e a operacionalidade da AE nas IFES.

A regulamentação do PNAES inaugura a terceira fase da política de assistência aos estudantes das IFES (KOWALSKI, 2012), marcada pela sua vinculação ao contexto de expansão e reestruturação do Ensino Superior ocorrido no Brasil, sobretudo com o REUNI, que

tem como fim imediato o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. [...] O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano

Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI (BRASIL, 2007b, p. 27).

O Decreto que institui o PNAES (BRASIL, 2010) é o principal documento norteador da construção de políticas de assistência aos estudantes de graduação das IFES. Nele estão dispostos em nove artigos os objetivos e as regras gerais para a execução do Programa, que “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, Art. 1º). O segmento jovem refere-se aqueles ingressantes no ensino superior logo após a conclusão do ensino médio, ou seja, estudantes entre 18 e 24 anos.

São objetivos do Programa (BRASIL, 2010, Art. 2º):

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e,
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O Programa também propõe a articulação das ações voltadas à assistência estudantil ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010). O Programa destina-se ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, cabendo a elas “definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010, Art. 3º).

As ações de assistência estudantil propostas pelo PNAES (BRASIL, 2010, Art. 3º) se referem a iniciativas que visem ofertar:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Apesar de definir estas áreas para o desenvolvimento das ações de assistência ao estudante, o Programa vai considerar a autonomia das IFES quanto à sua execução, deixando

margem para que sejam implementadas “considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo docente” (BRASIL, 2010, Art. 4º).

Na execução das ações de assistência estudantil, as IFES devem considerar:

a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010, Art. 4º).

Quanto aos recursos do PNAES (BRASIL, 2010, Art. 5º), estes devem estar voltados prioritariamente a estudantes “oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”. Desse modo, as ações desenvolvidas não serão de acesso universal, mas voltadas àqueles selecionados por meio de análise socioeconômica efetuada pelas próprias instituições, a partir de critérios também institucionais (BRASIL, 2010).

O Decreto (BRASIL, 2010, Art. 5º) prevê, ainda, que as IFES fixem “requisitos para a percepção de assistência estudantil” de acordo com os objetivos estabelecidos para o Programa, além de “mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”.

O financiamento do PNAES (BRASIL, 2010, Art. 08º) se dará “à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior” de modo que a quantidade de beneficiários deve ser compatibilizada com as dotações orçamentárias existentes, ou seja, a capacidade de atendimento do Programa é regulada pelos recursos previamente disponibilizados.

Em convergência com a finalidade e objetivos do PNAES, o Plano Nacional de Educação referente ao decênio 2014-2024 (BRASIL, 2014, Meta 12.5) propõe a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil com o objetivo de

reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Outras medidas governamentais que também trazem impactos para o PNAES nas IFES: o SISU (BRASIL, 2012b) e a Lei de Cotas (BRASIL, 2012a) (DUTRA; SANTOS, 2017). O SiSU consiste num sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de Ensino Superior ofertam vagas para candidatos participantes do

ENEM (BRASIL, 2012a), permitindo ao estudante se inscrever para diferentes IES, em qualquer Estado do País. Assim, a possibilidade de ingressar em uma universidade distante de sua cidade ou mesmo Estado gera uma demanda por apoio a esse universitário para garantir sua permanência e conclusão do curso na instituição escolhida, cabendo a AE cumprir esse papel, de tal forma que o MEC garanta o aumento de recursos para as ações de assistência estudantil conforme adesão das IFES ao SISU (NASCIMENTO, 2014).

A Lei de Cotas (BRASIL, 2012a) prevê reserva de no mínimo 50% das matrículas por curso e turno nas IFES a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e, dentre essas vagas, 50% deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. Essa ação afirmativa tende a alterar o perfil dos discentes nas IFES, ampliando o ingresso nas universidades de discentes que constituem o público-alvo da AE de acordo com o PNAES (DUTRA; SANTOS, 2017).

O processo de construção da política de AE no Brasil, em meio a cenários sociopolíticos e econômicos diversos, conduziu à elaboração de concepções diversas de assistência ao estudante universitário a partir de diferentes posicionamentos que configuram-se como expressões de projetos político-ideológicos distintos, que delineiam diferentes visões de sociedade, cidadão e papel do Estado (DUTRA; SANTOS, 2017).

A partir dos discursos construídos no decurso da história da assistência ao estudante universitário é possível identificar-se “alguns pares de oposição, tais como: gasto x investimento, concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 162).

A respeito da questão da AE como gasto/investimento e concessão/direito, Dutra e Santos (2017, p. 162) pontuam que

A luta pela incorporação da assistência ao estudante na agenda da educação do Governo Federal se deu, em grande medida, no embate pela superação de conceitos como o entendimento das ações de assistência ao discente como gasto desnecessário, e também como medida assistencialista, fundamentada na ideia de concessão ou favor. Em oposição a isso, houve um grande empenho por parte dos grupos sociais organizados, sobretudo a UNE e o FONAPRACE, em defender uma concepção de AE como investimento e como um direito.

Todavia, Nascimento (2014) destaca que as ideias associadas de investimento e direito já comportam em si um antagonismo, uma vez que a compreensão da assistência enquanto investimento sinaliza para uma concepção produtiva desse objeto, dando as bases para incorporar-se um sentido de contrapartida, de funcionalidade.

Segundo Dutra e Santos (2017), o PNAES representou um marco e um avanço na afirmação da política de AE no País, possibilitando uma aceção mais próxima de direito social. Não obstante, apesar de uma visão mais ampla desse objeto, não se pode falar de uma única AE:

(...) mais restrita ou mais abrangente, que abarque um público-alvo numa perspectiva mais seletiva ou mais universal; que desenvolva ações numa abordagem mais ampla e universalizante ou mais estreita, voltada para o provimento das necessidades básicas de um grupo de estudantes tido como em situação de vulnerabilidade socioeconômica (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 174).

Ao definir como público-alvo prioritário os estudantes oriundos da rede pública de educação ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, o PNAES (BRASIL, 2010) regulamenta uma AE de caráter focal, residual, seletivo e não universal. Essa concepção de AE encaixou-se perfeitamente no contexto da expansão e democratização do Ensino Superior no qual a ampliação do acesso de discentes advindos de escolas públicas e considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica tornou-se necessária a implementação de políticas que possibilitem a permanência desses universitários, “entendendo-se o acesso e a permanência como partes indissociáveis de um processo contínuo” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 163).

Em contraposição ao caráter focal da política de AE, existe a perspectiva de uma assistência colocada como um direito de todo estudante, e não apenas um favor concedido para alguns, em geral classificados como carentes, evidenciando-se assim uma tendência à assistencialização das políticas sociais no País. No contexto das políticas educacionais, considera-se que há semelhanças dos aspectos das ações desenvolvidas no âmbito da AE com aquelas da Assistência Social, todavia, “é necessário destacar que essas são políticas sociais distintas, com regulamentações e objetivos específicos” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 165).

A política de assistência social visa promover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993). Ao passo que os propósitos da AE

(...) estão relacionados à sua centralidade como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais no contexto da educação, considerando sua importância para a ampliação e a democratização

das condições de acesso e permanência dos estudantes no Ensino Superior público federal (...) (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 165).

Em contrapartida à proposta de uma AE de caráter focal e seletivo, há a concepção de uma assistência aos estudantes pautada no princípio da universalidade, em cuja perspectiva a política de AE não deve estar limitada à criação e implantação de mecanismos destinados apenas à população de baixa renda, devendo se preocupar com princípios de atendimento universal (DUTRA; SANTOS, 2017).

Nascimento e Arcoverde (2012, p. 173) afirmam que há uma tendência da assistência ao estudante se expressar por meio do processo de bolsificação da AE: concessão de bolsas, nas mais diversas modalidades, constituindo pacotes prontos, contribuindo, assim, para o “esvaziamento de uma proposta de ensino que garanta o direito à permanência do estudante, favorecendo espaços coletivos e com caráter universal”.

Dutra e Santos (2017, p. 166) destacam que ainda que as ações de AE previstas no PNAES tenham como público-alvo prioritário os ingressantes em situação socioeconômica desfavorável, a totalidade destes estudantes não é homogênea, “devendo-se partir do reconhecimento de que as diferenças devem conduzir à flexibilidade na execução dessa política, de modo a garantir a igualdade de oportunidades e efetividade de direitos”.

Ainda que o PNAES defina dez áreas para o desenvolvimento da AE, ocorre que nem todas as IFES desenvolvem programas e ações em todas as suas esferas, onde o predomínio do tripé auxílios financeiro (bolsas), alimentação e moradia reflete a redução da concepção de necessidades estudantis a necessidades básicas (LIMA; FERREIRA, 2016). Em oposição a essa prática fundamentada apenas em programas de repasse financeiro, há a visão de uma AE que leve em consideração a complexidade do ser humano, o qual deve ser visto como um ser social, de desejos e direitos, de maneira que as ações de assistência ao estudante devem

(...) transitar em todas as áreas dos direitos humanos, abarcando um conjunto de ações que promovam desde as condições ideais de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos imprescindíveis para a formação profissional nas mais diversas áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 170)

Nessa perspectiva o FONAPRACE considera que a AE deve ser desenvolvida a partir de ações de assistência básica (alimentação, moradia e transporte) e também de assistência ampliada (atenção à saúde física e mental, acessibilidade, cultura, esporte, lazer; apoio pedagógico), articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, objetivando a melhoria do desempenho acadêmico e o bom nível de qualidade de vida do estudante no contexto da Educação Superior (DUTRA; SANTOS, 2017).

O reconhecimento das demandas estudantis em toda a sua amplitude, conforme preconizado pelo PNAES, apresenta-se como um grande desafio para a gestão universitária, tendo em vista seu papel relevante de articuladora e materializadora das Políticas Pública e Institucional, demandando aos gestores a compreensão destas e o comprometimento com os objetivos da instituição, em prol da manutenção de tempos e espaços formativos com bom nível de qualidade.

5 CAMINHO METODOLÓGICO

Desenvolver uma Pesquisa que busca compreender como se constitui, na perspectiva dos gestores, o Setor de Apoio Pedagógico de uma IFES nos contextos de sua Política Institucional de Apoio Pedagógico e da Política Pública de Assistência Estudantil, demanda um desenho investigativo que dê suporte e comporte a amplitude da investigação.

Neste capítulo apresento o caminho metodológico percorrido nesta Pesquisa, delimitando o tipo e natureza do estudo, sujeitos de pesquisa, bem como o instrumento de coleta e método de análise de informações coletadas.

5.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

O delineamento metodológico proposto para esta Pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa e no estudo de caso. Configura-se como qualitativa por compreender os pressupostos que englobam investigações desta natureza. Segundo Creswell (2014, p. 49),

a pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas de pesquisa, abordando os significados que os indivíduos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise de dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança.

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica tendo em vista o objetivo definido para este Estudo, que tem como foco o olhar dos gestores da UFSC acerca de como a oferta de apoio pedagógico aos estudantes articulada e implementada pelo CCA se consubstancia frente à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.

Tendo em conta que o fenômeno a ser investigado se trata de um Setor vinculado a uma Instituição específica, justifica-se, assim, a opção pelo estudo de caso como procedimento metodológico, uma vez que o estudo de caso é um tipo de pesquisa “cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta definição de estudo de caso determina duas

condições básicas dele: abrangência da unidade e também sua complexidade” (TRIVIÑOS, 2001, p. 74).

Assim, inicialmente busquei delimitar e compreender os contextos do Setor de Apoio Pedagógico do CCA, da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes e da Política Pública de Assistência Estudantil, a partir de alguns elementos que os permeiam e constituem. Para tanto, iniciei com uma investigação bibliográfica e documental, partindo da análise de documentos, legislações, resoluções e portarias - tanto da UFSC quanto emitidas pelo Governo Federal -, livros, revistas, anais de congressos, físicos e virtuais, com o objetivo de compreender os vários aspectos que envolvem o fenômeno em estudo.

A pesquisa bibliográfica é realizada em materiais publicados em livros, jornais, revistas e redes eletrônicas, ou seja, materiais acessíveis ao público em geral. Já a investigação documental é baseada em documentos de qualquer natureza (físicos, ópticos, magnéticos ou eletrônicos) encontrados nos arquivos de órgãos públicos e privados (VERGARA, 2013).

Quanto aos fins, esta Pesquisa pode ser caracterizada como descritiva e aplicada. A pesquisa descritiva busca detalhar, da forma mais fidedigna possível, os fatos e fenômenos de uma dada realidade (TRIVIÑOS, 1987). A pesquisa aplicada é motivada essencialmente pela necessidade de resolução de problemas concretos (VERGARA, 2013).

Dessa forma, este Estudo teve a intenção de descrever as informações da realidade investigada, ou seja, a visão dos gestores da UFSC acerca da constituição do Setor de Apoio Pedagógico do CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, assim, trazer reflexões sobre este fenômeno. A partir destas reflexões é que se propõem, então, ações no intuito de contribuir com a gestão universitária no que diz respeito à oferta de apoio pedagógico aos estudantes.

5.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Em um estudo, independentemente do tipo de pesquisa, a população pode compreender um conjunto de fenômenos, objetos, pessoas ou coisas. Na pesquisa qualitativa, a população é vista apenas como uma referência, porém não significa que a informação quantitativa da população seja totalmente desprezada, todavia, não há uma preocupação com

o tamanho da amostra como existe na pesquisa quantitativa. Tal entendimento se justifica em função da pesquisa qualitativa não buscar generalizações e sim identificar generalidades, dessa forma, a amostra pode ser delimitada conforme os objetivos da investigação (TRIVIÑOS, 2001).

De acordo com Triviños (2001), generalidades são tendências, ideias predominantes entre os participantes do estudo, que podem ou não ser levadas em consideração pelos especialistas que desenvolvem pesquisas no campo em questão.

Inicialmente a população deste estudo se constituiu por gestores da UFSC, tendo em vista que busquei compreender como se constitui o SAP/CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, na visão dos gestores. No entanto, faz-se necessário uma delimitação dos sujeitos que farão parte da pesquisa, considerando critérios determinados a partir dos objetivos propostos para esta Investigação (TRIVIÑOS, 2001).

Assim, delimitarei como sujeitos de pesquisa os gestores da Instituição que são responsáveis pelos setores envolvidos diretamente com a implementação da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes e com os quais o SAP/CCA se articula para desenvolver suas atividades, conforme Quadro 03: Setores da UFSC com os quais o SAP/CCA se articula para oferecer Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação.

Quadro 03 - Setores da UFSC com os quais o SAP/CCA se articula para oferecer
Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação

Setor da UFSC	Gestor Responsável	Competência do Setor	Relação com o SAP/CCA
Direção do CCA	Diretor(a)	Órgão executivo central do CCA ao qual compete administrar o Centro de Ensino (UFSC, 2017c).	Setor ao qual o SAP/CCA encontra-se diretamente subordinado (UFSC, 2016b).
Coordenadoria de Curso de Graduação do CCA	Coordenador(a)	Órgão executivo do CCA ao qual compete efetuar a coordenação didática e a integração de estudos de cada Curso de Graduação (UFSC, 2017c).	Setor com o qual o SAP/CCA se propõe a colaborar na orientação aos estudantes e apoiar nas questões estudantis (UFSC, 2016b).
Chefia de Expediente de Curso de Graduação do CCA	Chefe	Órgão auxiliar do CCA ao qual compete assessorar a Coordenadoria de Curso de Graduação (UFSC, 2017c).	Setor com o qual o SAP/CCA se relaciona a fim de colaborar com a Coordenadoria de Curso de Graduação na orientação aos estudantes e apoiar nas questões estudantis (UFSC, 2016b).
Pró-Reitoria de Graduação	Pró-Reitor(a)	Órgão executivo central da UFSC ao qual compete coordenar a formulação e a implementação da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação (UFSC, 2015a).	Setor cujas diretrizes o SAP/CCA observa no desenvolvimento de suas atividades (UFSC, 2016b).
Coordenadoria de Apoio Pedagógico da PROGRAD	Coordenador(a)	Órgão executivo da PROGRAD ao qual compete implementar, organizar e executar ações de acompanhamento e apoio pedagógico aos estudantes de graduação (UFSC, 2015a).	Setor com o qual o SAP/CCA se articula para realizar ações de apoio pedagógico no CCA (UFSC, 2018c).

Fonte: Elaborado pela Autora.

Adicionalmente, delimitarei dois critérios a fim de identificar os potenciais sujeitos da Pesquisa:

a) estar em efetivo exercício nos cargos de Diretor(a) do CCA, Coordenador(a) de Curso de Graduação do CCA (Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia), Chefe de Expediente dos Cursos de Graduação do CCA (Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia), Pró-Reitor(a) e Coordenador(a) de Apoio Pedagógico da PROGRAD, o que possibilita a estes gestores uma análise concreta da realidade vivenciada; e,

b) estar exercendo os cargos de Diretor(a) do CCA, Coordenador(a) de Curso de Graduação do CCA (Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia), Chefe de Expediente dos Cursos de Graduação do CCA (Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia), Pró-Reitor(a) e Coordenador(a) de Apoio Pedagógico da PROGRAD há mais de 01 (um) ano, ou que tenha exercido as funções de Vice-Diretor e Sub-Coordenador, em mandato anterior, por mais de 01 (um) ano. Tal critério se justifica pela experiência vivenciada no exercício das atividades de gestão em áreas que se articulam com o SAP/CCA.

A partir de informações coletadas no Boletim Oficial da UFSC (UFSC, 2015b; 2016d; 2016e; 2016f; 2017a; 2017b; 2018d) identifiquei 11 (onze) sujeitos que atendem aos critérios estabelecidos. Vide Quadro 04: Sujeitos da Pesquisa.

Quadro 04 - Sujeitos da Pesquisa

Setor da UFSC	Gestor Responsável	Quantidade de Sujeitos
Direção do Centro de Ensino	Diretor(a)	01
Coordenadoria de Curso de Graduação do CCA	Coordenador(a)	04
Chefia de Expediente de Curso de Graduação do CCA	Chefe	04
Pró-Reitoria de Graduação	Pró-Reitor(a)	01
Coordenadoria de Apoio Pedagógico da PROGRAD	Coordenador(a)	01
TOTAL		11

Fonte: Elaborado pela Autora.

5.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A técnica proposta para a coleta de informações, constituindo a fonte de dados primários deste Estudo, foi a entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada é composta por questões abertas que permitem a compreensão e a captação da perspectiva da pesquisa pelo pesquisador (ROESCH, 1999). Segundo Triviños (2001), a entrevista semiestruturada parte de um conjunto básico de questionamentos, que apontam diretamente para o tema central da investigação. Dessa forma, a entrevista se converte em um diálogo vivo, enriquecendo o processo de construção e desenvolvimento do conhecimento.

Para a elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada (Vide Apêndice A – Instrumento de Coleta de Informações), parti inicialmente dos objetivos propostos, tendo como fundamento o caminho teórico-metodológico percorrido. Em seguida, delinee algumas categorias. (Vide Quadro 05: Categorias e Conteúdos Base).

Quadro 05 - Categorias e Conteúdos Base

Objetivos Específicos	Categorias	Conteúdos Base
a) Descrever o Setor de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Agrárias.	Setor de Apoio Pedagógico do CCA.	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção; • Relevância das Atividades Desenvolvidas.
b) Conhecer a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.	Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção; • Inter-relação com o SAP/CCA.
c) Apresentar um olhar sobre a Política Pública de Assistência Estudantil.	Política Pública de Assistência Estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção; • Interação com a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Segundo Cheptulin (1982), as categorias podem ser compreendidas como graus, momentos determinados ou pontos centrais do processo de conhecimento. Elas refletem as particularidades dos estágios de desenvolvimento do processo de conhecimento, podendo ser consideradas pontos de apoio que permitem ao homem colocar-se acima da natureza para poder conhecê-la. Dessa forma, cada categoria ocupa um lugar particular no processo de

conhecimento, que, por sua vez, se desenvolve com base na prática, permitindo ao homem penetrar cada vez mais profundamente no mundo dos fenômenos.

As categorias ainda refletem as ligações e os aspectos universais do mundo exterior, assim como as relações universais da realidade objetiva, porém também podem ser consideradas como frutos da consciência e da atividade cognitiva do homem (CHEPTULIN, 1982).

Isto posto, o instrumento de pesquisa foi construído com base nas seguintes categorias:

a) Setor de Apoio Pedagógico do CCA: a partir desta categoria busquei compreender a percepção que os gestores possuem a respeito do SAP/CCA, como estes concebem o Setor, nos termos do que conhecem da sua finalidade e das ações que desenvolve para, em seguida, indagar a respeito da relevância que atribuem ao apoio pedagógico ofertado pelo SAP/CCA;

b) Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes: com base nesta categoria busquei compreender a concepção dos gestores sobre esta Política, a partir do modo como a caracterizam e considerando as expectativas que mantêm acerca do seu desenvolvimento. Também procurei compreender a percepção dos gestores entrevistados a respeito da inter-relação desta Política com o SAP/CCA, de modo a pontuar quais ações, na visão deles, podem potencializar esta relação;

c) Política Pública de Assistência Estudantil: baseada nas informações coletadas, busquei compreender a concepção dos gestores sobre a Política Pública de Assistência Estudantil, assim como investigar se os gestores percebem a interação dessa Política com a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.

Tais categorias foram constituídas a partir da delimitação dos conteúdos base. Os conteúdos base são os elementos essenciais que constituem as categorias, ou seja, aqueles que as caracterizam e permitem sua diferenciação. Estes conteúdos são inacabados, incompletos, levando-se em consideração a concepção que os fenômenos estão em constante transformação. Não podemos compreender o conteúdo simplesmente como um conjunto de aspectos ou elementos que compõem determinada coisa, mas como um processo onde todos esses elementos estão em movimento e interação constantes (BÚRIGO, 2003; CHEPTULIN, 1982).

Após a definição dos sujeitos da pesquisa e do roteiro da entrevista semiestruturada (Vide Apêndice A – Instrumento de Coleta de Informações), agendei as entrevistas e iniciei o processo de coleta de informações, que se deu no período entre 29 de janeiro e 01 de fevereiro de 2018.

Todas as entrevistas foram gravadas com celular, mediante autorização prévia do entrevistado (Vide Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Dos 11 (onze) sujeitos delimitados para participar da pesquisa, 09 (nove) foram entrevistados. Em relação aos gestores que não foram entrevistados, ambos estavam gozando férias no período de coleta das informações.

Os gestores entrevistados mostraram-se interessados em compreender as perguntas elaboradas a fim de que pudessem realmente contribuir com as informações pertinentes ao fenômeno de investigação. Alguns manifestaram uma espécie de receio em não atender às possíveis expectativas da entrevista, por desconhecerem alguns temas que seriam abordados. Outros manifestaram, ainda que sutilmente, uma momentânea preocupação com relação ao fato de serem perguntados sobre as atividades do Setor no qual eu, interlocutora das entrevistas, atuo.

A duração das entrevistas foi de 35 minutos cada uma, em média. Após o encerramento das entrevistas, estas foram integralmente descritas, com o intuito de preservar fidedignamente a fala dos entrevistados. Ao terminar o trabalho de transcrição, para garantir o anonimato dos entrevistados, atribuí a cada um deles um código de identificação, cujo critério de atribuição foi a ordem da realização das entrevistas. Portanto, os gestores serão identificados da seguinte forma:

- a) E01 – Entrevistado 01;
- b) E02 - Entrevistado 02;
- c) E03 - Entrevistado 03;
- d) E04 - Entrevistado 04;
- e) E05 - Entrevistado 05;
- f) E06 - Entrevistado 06;
- g) E07 - Entrevistado 07;
- h) E08 - Entrevistado 08;
- i) E09 - Entrevistado 09.

No que se refere à análise das informações coletadas na entrevista semiestruturada, foi utilizado o método da análise de conteúdo. De acordo com Triviños (1987), a análise de conteúdo possibilita ao pesquisador identificar tendências e ideologias presentes na fala do entrevistado. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo constitui o conjunto de técnicas de análise das comunicações, no sentido que a análise de conteúdo não seria propriamente um instrumento, mas um conjunto flexível de ferramentas adaptável ao seu vasto campo de aplicação, ou seja, às comunicações.

O processo da análise de conteúdo envolve três etapas básicas: 1) a pré-análise, referente à organização de todo o material coletado; 2) a descrição analítica, referente aos procedimentos de codificação, classificação e categorização das informações, bem como o estudo aprofundado do material coletado, orientadas pelas hipóteses e referencial teórico e; 3) a interpretação referencial, referente ao espaço para a reflexão e a intuição, aprofundando as conexões das ideias, chegando-se, se possível, às propostas básicas de transformações das ideias e da realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Assim, iniciei a leitura das entrevistas transcritas, recuperando os objetivos da pesquisa a fim de preparar as informações para a análise, com base nos pressupostos teóricos e nas categorias previamente definidas, de acordo com os conteúdos base de cada uma delas. Realizada uma pré-análise, em seguida iniciei o tratamento das informações coletadas fragmentando as falas em arquivos separados, organizados de acordo com cada categoria definida a ser analisada. Ao final deste processo, dei início ao estudo aprofundado das análises das informações, submetendo-as à orientação do caminho teórico.

6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Neste capítulo apresento a análise das informações coletadas à luz do caminho teórico percorrido neste Estudo. Para tanto, busquei destacar as falas mais significativas dos entrevistados, visando uma melhor compreensão do fenômeno estudado, ou seja, como se constitui o SAP/CCA, na visão de gestores, no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.

Primeiramente, faço uma breve caracterização dos entrevistados e após, com sustentação nas categorias predefinidas e nos seus respectivos conteúdos base (Vide Figura 02: Categorias e Conteúdos Base), procedo à análise das falas dos gestores entrevistados, à luz do referencial teórico que norteia este Estudo.

Os sujeitos entrevistados nesta Pesquisa são servidores das carreiras Docente e Técnico-Administrativa em Educação, ocupantes de Funções Gratificadas e Cargos de Direção no âmbito do Centro de Ciências Agrárias e da Pró-Reitoria de Graduação, no campus da UFSC João Ferreira Lima, em Florianópolis, por meio dos quais lhes foram atribuídas a gestão das atividades dos setores em que atuam. Setores estes com os quais o SAP/CCA se articula para oferecer apoio pedagógico aos estudantes de graduação (Vide Quadro 03: Setores da UFSC com os quais o SAP/CCA se articula para oferecer Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação).

Foram entrevistados 09 (nove) gestores dos 11 (onze) previamente definidos como Sujeitos da Pesquisa. Ainda que a intenção fosse entrevistar os 11 (onze) gestores, não foi possível entrevistar 02 (dois) sujeitos por conta da incompatibilidade de horários para a realização da entrevista.

Os gestores entrevistados foram receptivos e demonstraram interesse pelo fenômeno estudado, mostrando-se dispostos a colaborar com a Pesquisa e curiosos quanto aos seus possíveis resultados.

Da totalidade dos 09 (nove) gestores entrevistados, 05 (cinco) são do sexo feminino e 04 (quatro) são do sexo masculino. No tocante aos cargos ocupados na UFSC por estes gestores, distribuem-se entre Docente, Assistente em Administração, Engenheiro Agrônomo e Secretária Executiva. Com relação ao período de tempo que estes gestores encontram-se ocupando suas atuais posições de gestão na Instituição, a maioria dos entrevistados encontra-se de 2 (dois) a 4 (quatro) anos como gestor, com destaque para dois entrevistados com períodos mais longos, um de 15 (quinze) anos e outro de 18 (dezoito) anos. Assim, levando-se

em conta o tempo de serviço dos entrevistados a frente da gestão dos seus setores, é possível inferir que a sua experiência de trabalho enriquece a Pesquisa realizada.

Após a caracterização dos entrevistados, dei início à análise das informações coletadas, partindo das três categorias previamente definidas, ou seja: Setor de Apoio Pedagógico do CCA, Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes e Política Pública de Assistência Estudantil.

6.1 SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO DO CCA

A primeira categoria de análise abordada no presente Estudo é denominada Setor de Apoio Pedagógico do CCA e se fundamenta nos seguintes conteúdos base: a) Concepção; e b) Relevância das Atividades Desenvolvidas.

Com o intuito de identificar a percepção que os Gestores possuem do SAP/CCA, procurei saber, primeiramente, como estes concebem o Setor, nos termos do que conhecem da sua finalidade e das ações que desenvolve para, em seguida, indagar a respeito da relevância que atribuem ao apoio pedagógico ofertado pelo SAP/CCA.

Cada um dos gestores entrevistados demonstra conhecer o SAP/CCA, pois todos souberam descrever algum tipo de ação realmente desenvolvida pelo Setor. Isto fica evidente pela possibilidade de relacionar as respostas dos entrevistados com objetivos do SAP/CCA, conforme Quadro 06: Concepção do SAP/CCA – Falas dos Entrevistados X Objetivos do Setor.

Quadro 06 - Concepção do SAP/CCA – Falas dos Entrevistados X Objetivos do Setor

Sujeito	Resposta	Objetivos do SAP/CCA (UFSC, 2016b)
01	Eu conheço o SAP/CCA como um setor para alunos carentes de alguma necessidade, onde alguém faz o atendimento, o encaminhamento pras unidades que podem oferecer algum tipo de bolsa remunerada, estágios, seja de outras formas. E que também oferece apoio pedagógico pra alunos que tem alguma dificuldade no desenvolvimento de suas disciplinas e também sei que o SAP faz uma intermediação entre a PRAE com as coordenadorias de curso de graduação.	Apoiar os coordenadores dos cursos de graduação nas questões estudantis; Colaborar com a comunidade acadêmica do CCA na realização do processo educativo, oferecendo apoio e suporte pedagógico aos estudantes e docentes envolvidos com a graduação, em consonância com as diretrizes institucionais das Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis da UFSC
05	Ele é, ele junta, ele aproxima as políticas da Instituição das ações aqui no CCA. (...) O PIAPE, por exemplo, é tu que faz essa conexão com o que tem aqui, com o professor.	
02	Então eu entendo, acredito e concebo que o serviço de apoio aos alunos do centro ele é um serviço essencial pra poder auxiliar os alunos a evoluírem também, não só na questão intelectual, mas também nas questões emocionais, afetivas, psicológicas, de interação com a sociedade, enfim, de um autoconhecimento dos próprios alunos pra que eles possam evoluir também.	Contribuir para o desenvolvimento pessoal do aluno, auxiliando-o na resolução de seus problemas de vida e de estudo; Colaborar na recepção aos alunos novos e na sua adaptação e integração à universidade.
03	Ele tem a finalidade de apoiar o estudante com dificuldade de aprendizagem. Dar suporte ao aluno, acompanhar e encaminhar o estudante que necessita de apoio pedagógico.	Atender alunos com dificuldades de aprendizagem e conduta e encaminhá-los a atendimentos especializados.
04	O que a gente sabe quando o aluno vai pro apoio é quando tem um aluno querendo trancar o curso, desistir e a gente não sabe orientar e acho que encaminha pra lá, entra em contato contigo antes pra encaminhar, porque se o aluno está tendo dificuldades também, de acompanhar as aulas, a gente também põe lá.	Assistir o aluno na análise de seu desempenho escolar e no desenvolvimento de atitudes responsáveis em relação ao estudo.
06	(...) então, por exemplo, uma coisa que você tem feito e que eu acho bem bacana e que eu tenho recomendado aos alunos, que venham e te procurem, é a questão de organizar a grade curricular, a grade deles de horários. É legal ter esse apoio pedagógico pra eles verem que não é bem assim, que a questão da organização é importante, que as regras da universidade são importantes. É claro que também vai ter um atendimento personalizado, que a gente vai ver caso a caso.	
07	Nós estamos lidando com jovens que tem muitas dúvidas, muitas incertezas e muitos medos. E as vezes o coordenador não tem uma formação pedagógica pra conseguir realmente sugar do aluno o que ele está precisando. Então o meu apoio vai ser sempre esse setor, vai ser esse setor que vai conseguir me apoiar quando o problema é mais pessoal do aluno.	Cooperar com os Coordenadores de Curso de Graduação e demais docentes na orientação aos estudantes do seu curso, estando sempre em contato com eles, auxiliando-os na tarefa de compreender o comportamento das turmas e dos alunos, em particular.

Sujeito	Resposta	Objetivos do SAP/CCA (UFSC, 2016b)
08	(...) a gente acompanha o trabalho, um trabalho fundamental, porque o professor não tem o corpo a corpo que a coordenação pedagógica pode ter, de atendimento, de organizar a vida do acadêmico, não só nas questões do dia a dia da academia, mas sim também como um auxílio pessoal (...).	Contribuir para o desenvolvimento pessoal do aluno, auxiliando-o na resolução de seus problemas de vida e de estudo; Colaborar na recepção aos alunos novos e na sua adaptação e integração à universidade.
09	(...) mas o que eu entendo do apoio pedagógico lá, é uma servidora que recebe o aluno e conversa e apóia ele em vários sentidos, não é só um apoio pedagógico em Física ou Matemática, é um apoio pedagógico mais amplo, mais geral, meio assim de ajudar o aluno na integração com a universidade e com o ambiente acadêmico.	

Fonte: Elaborado pela Autora.

A partir das falas de todos os entrevistados, é possível afirmar que o SAP/CCA é concebido pelos gestores como um Setor que tem por público-alvo os estudantes. Complementarmente, na visão de alguns gestores, o SAP/CCA se caracteriza como um Setor que também pode auxiliar na resolução de diferentes questões relacionadas ao dia-a-dia dos gestores que ocupam a função de coordenadores de curso, conforme ilustram as falas dos gestores E06 e E08:

Então eu acho que o apoio aí, quando a gente pensa em pedagógico, a gente costuma centralizar muito no aluno, mas, e é pro aluno mesmo, né? Mas engraçado que, às vezes, por exemplo, eu sinto a necessidade de te procurar. Então tem certos assuntos eu acho que precisa ter essa figura que não é de nenhum departamento, é uma figura que representa o Centro. E também considero fundamental pros alunos te procurarem. Mais uma vez, você não tá ligada a nenhum curso, você tá ligada ao CCA. Então muitas vezes o aluno fica assim “eu não vou procurar a coordenação do curso porque ela defende o curso”, então eu vou procurar uma figura que não é do curso, que é neutra pra ele (E06).

E a gente viu aqui no CCA o quão isso foi importante na reestruturação da disciplina de Vivência em Agricultura Familiar. Porque o apoio pedagógico às vezes neutraliza um pouco a questão do professor, professor em tudo. E ele se busca numa ferramenta, num profissional com a capacitação e a dedicação exclusiva pra isso, que ajuda ele inclusive nos outros problemas interpessoais do Centro (E08).

No tocante à percepção dos gestores quanto à relevância do apoio pedagógico aos estudantes que é desenvolvido pelo SAP/CCA, os entrevistados foram unânimes em concebê-

lo como uma atividade relevante, ao se referirem a ele em suas falas como muito importante, super importante, essencial, fundamental, primordial ou de extrema importância.

Essa relevância constatada encontra-se relacionada a diferentes motivos ou aspectos, os quais estão sintetizados na Figura 02: Aspectos Relacionados à Relevância do Apoio Pedagógico desenvolvido pelo SAP/CCA.

Figura 02 - Aspectos Relacionados à Relevância do Apoio Pedagógico desenvolvido pelo SAP/CCA.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Destaco que os gestores concebem o apoio pedagógico como uma atividade focada em oferecer aos estudantes acolhimento e possibilidade de orientação pedagógica individual de acordo com suas necessidades. Constituindo este um dos aspectos que lhe confere relevância, ou seja, o SAP/CCA busca oferecer-lhes orientação pedagógica ou acadêmica, num contexto em que

Não é que o aluno tem que ser visto como um coitado, mas tu tem que ver que o aluno é um jovem que muitas vezes não tem uma experiência de vida e ele está em construção da própria identidade, então ele não tem a maturidade da busca, tu tem que facilitar. A

instituição tem que fazer o papel de facilitadora, de acolhimento. Então um aluno que tem assim uma dificuldade, é um aluno que tem que ser descartado? Não pode (E05).

Não só aquela coisa formal ali: tu tens tantas matérias, tu vai se formar em quanto, o que eu faço pra você não fazer evasão. Mas assim: como é que você tá. A universidade pode te ajudar também a crescer como ser humano. A questão dos conflitos, porque essa é uma época de muitos conflitos que o jovem passa pela universidade. Então a gente tem que ter a outra parte também. Acho que o apoio pedagógico tem que tá fortalecendo a questão humana, do desenvolvimento da pessoa, porque as vezes isso é decisivo na vida da pessoa. Os bloqueios que ela sofre pra se desenvolver na universidade, é uma fase delicada na vida do jovem(E08).

Acerca desta concepção dos gestores, retomo Dondé da Silva (1999, p.02), segundo a qual os jovens universitários precisam lidar com problemas complexos decorrentes do processo de amadurecimento biológico, emocional, afetivo, social e de definição da própria identidade. Neste contexto, a Orientação Educacional (OE) poderá “oportunizar-lhes autoconhecimento, ampliando a aceitação de si mesmo e expandindo o seu potencial de auto realização e satisfação”.

A OE é compreendida como um processo integrado, organizado e criativo de ajuda a qualquer sujeito, em qualquer idade, visando garantir seu desenvolvimento integral e que possa solucionar os próprios problemas por si mesmo, com utilidade e aplicabilidade a todas as esferas da vida (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010; GRINSPUN, 2001).

Neste sentido, pelo menos três são os âmbitos em que os universitários necessitam de orientação: pessoal, vocacional e acadêmico (ALMEIDA; SOARES, 2004). O âmbito pessoal inclui necessidades de orientação sobre os objetivos e metas pessoais, a autoestima, os interesses, o planejamento pessoal da vida. A Orientação Pessoal busca que o aluno alcance um melhor conhecimento de si mesmo, um desenvolvimento da sua maturidade pessoal e um compromisso com a efetivação do seu projeto de vida (ALMEIDA; SOARES, 2004; PASTRANA; LAGUNA, 2009).

O âmbito vocacional inclui necessidades de orientação relacionadas ao conhecimento sobre a prática e a inserção laboral (ALMEIDA; SOARES, 2004; PASTRANA; LAGUNA, 2009).

O âmbito acadêmico inclui necessidades de orientação relacionadas com a escolha de disciplinas optativas ou itinerários formativos, ajuda para melhorar o trabalho intelectual e as estratégias de estudo. Assim, a Orientação Acadêmica busca promover melhora do

desempenho acadêmico, desenvolvimento de competências vinculadas ao estudo, adaptação do estudante ao curso, esclarecimento de metas formativas e facilitação dos processos de tomada de decisão, objetivando o desenvolvimento integral do estudante (ALMEIDA; SOARES, 2004; PASTRANA; LAGUNA, 2009).

Outro aspecto relacionado à relevância do apoio pedagógico reside na necessidade dos coordenadores de curso de auxílio para lidar com as demandas do curso. Primeiramente, destaco uma fala que aponta a necessidade de apoio para tomar decisões que, normalmente, seriam individuais:

Eu considero essencial tá, porque tanto os professores quanto a coordenação de curso precisam desse setor. Porque o coordenador de curso fica às vezes meio sozinho pra certas decisões que são difíceis de tomar e também pra certas questões de aluno que ele também não está preparado. Então ele precisa ter uma pessoa com quem ele possa conversar e dividir certos problemas, certas questões (E06).

Em seguida, apresento duas falas que manifestam a necessidade do olhar mais pedagógico ou técnico para lidar com as demandas do corpo estudantil:

Eu acho que tu fez muita diferença, porque quando eu vim praqui tu não estavas, eu acho que fez uma diferença, tu és uma referência. A impressão que eu tenho, o setor é tu, porque és tu que estás lá. Pelo menos pra mim está claro que é importante fazer esse vínculo, entende. É importante ter um olhar pedagógico sobre a área técnica. Isso também tu dá, então eu acho super importante, como conectar, conectar os setores, mostrar o que é feito, trazer, fazer esse canal de comunicação que às vezes é meio dispar (E05).

Nós estamos lidando com jovens que tem muitas dúvidas, muitas incertezas e muitos medos e às vezes o coordenador não tem uma formação pedagógica pra conseguir realmente sugar do aluno o que ele está precisando. Então o meu apoio vai ser sempre esse setor. Vai ser esse setor que vai conseguir me apoiar quando o problema é mais pessoal do aluno (E07).

Neste ponto, resgato a descrição do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, o qual é ocupado pelos servidores que atuaram ou atuam no SAP/CCA. Constam como atribuições deste cargo coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo, bem como assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2005). Entre as atividades típicas do cargo, a descrição registra atividades de planejamento, orientação e supervisão do processo ensino aprendizagem, a elaboração de projetos de extensão e a orientação de pesquisas acadêmicas, entre outras (BRASIL, 2005).

Como requisito de qualificação para ingresso no cargo, é necessário curso superior em Pedagogia ou Licenciaturas (BRASIL, 2005). Assim, sejam Pedagogos ou Licenciados nas diferentes áreas de conhecimento, os Técnicos em Assuntos Educacionais são profissionais da educação, a natureza de seu trabalho é pedagógico-administrativa e a universidade é o seu espaço de atuação. Desse modo, o desempenho desta categoria profissional junto à oferta de apoio pedagógico aos estudantes nas universidades mostra-se coerente aos objetivos e atribuições postos para o cargo.

Neste contexto, sinteticamente, com base na categoria Setor de Apoio Pedagógico do CCA (Concepção; Relevância das Atividades Desenvolvidas) é possível afirmar que os entrevistados conhecem a finalidade e as atividades desenvolvidas pelo SAP/CCA, reconhecendo que o público-alvo destas atividades são os estudantes e que a atividade principal desenvolvida pelo Setor consiste na Orientação Acadêmica destes, de forma individual, conforme suas necessidades.

Para os gestores entrevistados, o apoio pedagógico desenvolvido pelo SAP/CCA é relevante porque concebem que o corpo estudantil necessita não apenas de Orientação Acadêmica, mas de Orientação Profissional e Pessoal.

Além disso, os gestores também concebem o SAP/CCA como um Setor fundamental em auxiliar, a partir de um olhar mais pedagógico – uma vez que a formação na área pedagógica não é requisito para ocupar as funções de coordenador ou secretário de curso -, as coordenações de curso, e assim os próprios coordenadores e secretários, em suas tarefas de acolher, analisar e solucionar as variadas demandas trazidas pelos estudantes ao longo de suas vivências na Instituição.

6.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES

A categoria Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes visou compreender a concepção dos gestores sobre esta Política, a partir do modo como a caracterizam e considerando as expectativas que mantêm acerca do seu desenvolvimento. Também procurou compreender a percepção dos gestores entrevistados a respeito da inter-

relação desta Política com o SAP/CCA, de modo a pontuar quais ações, na visão deles, podem potencializar esta relação.

Inicialmente procurei compreender como os gestores entrevistados concebem a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes. Diante deste questionamento, apenas um dos entrevistados (E04) manifestou conhecer absolutamente nada sobre tal Política: “Não sei nem dizer que política é essa, como funciona. Eu não sei, acho que encaminha os alunos? Não tem nada instruindo a gente a fazer isso na verdade, pelo menos desde que eu entrei aqui não teve ninguém instruindo isso.” Enquanto outro entrevistado (E01) afirmou saber que existe essa Política, ainda que não saiba caracterizá-la.

Os demais gestores entrevistados souberam caracterizar tal Política por meio dos Programas que as integram: seja o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) (UFSC, 2013b) ou o Programa de Monitoria. De tal modo que o PIAPE foi citado por 07 (sete) gestores, dos quais 02 (dois) também citaram o Programa de Monitoria.

Entre os entrevistados que mencionaram o PIAPE (UFSC, 2013b), as percepções convergiram para a necessidade de que o Programa seja mais divulgado entre os docentes, discentes e gestores. Para ilustrar este ponto, recorro a fala dos entrevistados E06, E05 e E02:

O PIAPE eu acho fundamental, ele não tem que acabar, tem que continuar, talvez ele só precisa rever algumas coisas e ser mais transparente pra gente. Eu gostaria de ter uma resposta desse PIAPE. (...) nunca veio pra mim um relato, uma estatística, números, índices, como gestor a gente precisa de números e índices pra discutir, e também comentários sobre esses números de quem tá responsável por isso, mas isso eu não vejo (E06).

O PIAPE aqui no CCA, por exemplo, mas não é suficiente ter um curso. Tu tem que criar uma cultura, na minha opinião, entre os estudantes, mostrar a importância disso. O aluno deveria entender que ele tem que aproveitar o máximo dentro da instituição. E aproveitar significaria, por exemplo, ah, ele tem consciência de que ele não escreve bem, de que eles tem dificuldade. Mas ele não busca no PIAPE pra fazer um curso do PIAPE. Teria que ter algum movimento nesse sentido (E05).

Quanto ao apoio pedagógico, eu acho que ele precisa ser aperfeiçoado. Eu acho que ele precisa ser, até muitas vezes, melhor divulgado, conhecido, até por nós mesmos, pela própria coordenação, enfim, as vezes a gente recebe demandas e a gente talvez não saiba até corretamente direcionar. E até pelo próprio corpo discente né, acho que precisa fomentar mais essa divulgação, pra que possa ser voltado a uma quantidade maior de estudantes, e pra que ele possa também cumprir o seu papel (E02).

Com relação ao conteúdo-base Inter-relação da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes com o SAP/CCA, de todos os 09 (nove) gestores entrevistados, apenas 01 (um) manifestou não perceber esta relação, justamente porque “essa política pra mim não existe, então eu não sei relacionar o que” (E04). Na concepção dos demais gestores é possível perceber uma inter-relação entre o SAP/CCA e a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, porém, para metade deles essa relação não está clara, uma vez que afirmam não conhecer elementos que pudessem caracterizá-la. Neste sentido, apresento algumas das manifestações:

Então, essa que eu já não conheço muito, sinceramente eu não conheço muito. Eu não sei inclusive, por exemplo, se eu mando um aluno pro setor ali mesmo e se for algum coisa mais profunda se ele vai ser repassado pra um grupo maior. Eu ainda não entendo qual é o link que acontece, eu sei que ele existe, mas eu não sei como que se apóia (E07).

Aí eu já não percebo muito não. Acho que tá bem assim abstrato pra mim. Tem dentro do plano institucional, tá previsto algumas ações lá pra apoio pedagógico, mas não sei, não tô me lembrando de nada agora. Acho que fica meio generalista demais (E06).

Eu não vejo, eu não consigo. Eu não tenho informação sobre isso, eu não recebo, não sou alimentado com isso, como funciona. As tuas perguntas me despertaram inclusive pra tá mais preocupado com isso (E08).

Na visão dos 04 (quatro) gestores que conseguiram apontar elementos acerca da inter-relação do SAP/CCA com a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, a percepção é de que o SAP/CCA constitui mais uma ação dentro dessa Política, de modo que a partir da fala destes gestores, é possível destacar diferentes aspectos dessa inter-relação:

a) que a relação do CCA com a Política seria de alguma forma mais assimétrica do que a relação desta com os demais Centros de Ensino da UFSC, pelo motivo manifestado pelo entrevistado E05:

A impressão que eu tenho, porque eu não faço esse contato, és tu e é lá, como chega pra mim é que o esforço é daqui pra lá e não de lá pra cá, essa é a visão que eu tenho. (...) Então é um esforço no sentido de tu sentir, há certa marginalidade nisso. Porque na verdade não somos um campus, não temos autonomia de um campus, mas estamos fora da Trindade, então no concreto sinto que às vezes o pessoal fala “não, mas o aluno pode ir lá”. Isso é o que eles pensam, mas isso não é real, porque o aluno nem sempre tá tendo disciplinas lá. A distância física

ela se torna uma distancia institucional de alguma maneira, entende? Na minha opinião, a gente fica num limbo entende, porque nós não temos tudo que é a efervescência da Trindade (E05).

Neste ponto, a fala de outro dos gestores entrevistados, que é responsável pela Coordenação de Apoio Pedagógico junto à PROGRAD, é complementar:

Eu te digo qual a diferença entre os campi e o CCA. Nos campi nós temos um coordenador do PIAPE em cada campus e aqui a gente não tem um coordenador do PIAPE lá no CCA. Talvez essa figura desse coordenador pudesse até, inclusive ou esteja muito ligado, ou ser o próprio responsável pelo SAP lá no CCA. O que não impede que o apoio pedagógico que já é oferecido lá, que imagino que seja um pouco diferente do que é oferecido pelo PIAPE, não possa complementar, trabalhar junto. Um não quer dizer que a gente tenha que excluir o outro.

b) que a inter-relação é articulada entre o CCA e a PRAE, uma Pró-Reitoria que se ocupa de uma série de outros Programas na área da assistência ao estudante (como questão de moradia e alimentação), necessitando o apoio pedagógico consolidar-se como um serviço perante os estudantes:

Então eu observo assim, institucionalmente ainda, o serviço de apoio pedagógico ele precisa se consolidar, em alguns aspectos assim, de se aproximar mais da comunidade acadêmica. De estar interagindo um pouco melhor com as próprias coordenadorias, departamentos e Centros, enfim, pra que efetivamente ele possa se consolidar futuramente como um serviço de referência, assim como os outros que os alunos já conseguem vislumbrar desde o seu início, da sua chegada na universidade(E02).

c) que se trata de uma inter-relação dinâmica, cujos pólos (as ações do SAP/CCA e a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes) precisam, de alguma maneira, se aproximarem mais:

Na minha percepção, o SAP/CCA ele vai ao encontro dessa Política (E03).

Então é mais uma ação dentro dessa política né. Tudo é muito picadinho, cada um meio que no seu quadradinho. E a gente tem que melhorar essa comunicação, mas é sim uma ação de apoio pedagógico que também está dentro dessa política da Instituição, com certeza (E09).

No que se refere ao incremento de ações do SAP/CCA junto à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, as sugestões dos gestores entrevistados foram diversificadas, conforme informações apresentadas no Quadro 07: Síntese das Sugestões dos Gestores de Ações para Potencialização do SAP/CCA junto à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes

Quadro 07 - Síntese das Sugestões dos Gestores de Ações para Potencialização do SAP/CCA junto à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes

Sugestão	Fala dos Entrevistados
<p>Melhorar a comunicação entre os setores SAP/CCA, Coordenação de Curso, PROGRAD e PRAE.</p>	<p>Se você tiver relatório, índices e comentários sobre esses índices, aí da pra você, num próximo plano institucional, numa próxima gestão, melhorar, extinguir, colocar coisas novas. Como a gente tem um resultado que é muito generalista, vão se repetindo ações que a gente nem sabe se foram benéficas ou não (E06).</p> <p>Fortificar um pouco mais essa relação, não só em questão de infraestrutura, avaliar se o PIAPE realmente funciona, até uma conversa de repente, conversar com os tutores do PIAPE, pra conhecer os alunos do CCA. Seria interessante esse contato com os tutores pra conhecer qual é a percepção deles sobre os alunos (E09).</p> <p>Eu acredito que se, por exemplo, esses setores tivessem uma centralização, pudessem conversar, pudessem talvez fazer um acolhimento desse aluno, uma triagem, isso talvez poderia facilitar um serviço futuro, pra não deixar talvez esse aluno sofrer nas questões pedagógicas. Eu acredito q se houvesse um diálogo uma interação entre todos os serviços de apoio da universidade, pra talvez acolher, pra talvez fazer uma triagem dos alunos, dos calouros quando chegam nos cursos (E02).</p> <p>Eu acho que a universidade é a gente que constrói. Já temos as pessoas capacitadas que tão ligadas com a instituição, que gostam do que fazem, então acho que elas que tem que motivar. Se é a PROGRAD que tá envolvida com isso tem que chamar a importância pra isso, fazer um fórum de discussão dos problemas atuais, pra fortalecer, pras pessoas não estarem isoladas. Se elas estiverem juntas fica mais bacana pra trabalhar e pra resolver os problemas que são comuns pra todos. E se isso não tá tendo, acho que precisa ter. E parte da gente, parte de nós que temos que fazer a instituição funcionar (E08).</p>
<p>Estimular a participação dos alunos do CCA nas ações tanto do PIAPE quanto do Programa de Monitoria</p>	<p>O que eu percebo assim é que os alunos não participam muito dessas atividades, e talvez aí se teria um ponto em que se poderia agir, de achar formas de fazer com que os alunos participem mais dessas atividades (E01).</p> <p>É que seja mais próximo do aluno, a gente conseguir que os alunos frequentem, eles não frequentam, tem oficinas direto aí. Precisa ter uma maior aproximação. Não sei como vai ser feito isso. Quando é uma coisa boa pro aluno ele vai passando um pro outro, se comunicando um pro outro (E06).</p>

Sugestão	Fala dos Entrevistados
	<p>Eu acho só que a gente tem que conseguir mobilizar mais alunos a participar disso (E07).</p> <p>Deveria ser mais acho que exposto aos alunos desde o início do curso. Eles terem esse conhecimento desde que eles vem fazer a matrícula. Às vezes eles não recebem nada com relação a isso, nada instruindo eles do que eles tem acesso na UFSC (E04).</p>
<p>Trazer mais ações do PIAPE e do Programa de Monitoria para serem realizadas no CCA.</p>	<p>Concretamente seria a ação de trazer de fato as monitorias e o PIAPE praqui, fazer uma divulgação maior, também envolver todos os professores na divulgação dessas ações (E05).</p> <p>De repente a gente podia realmente, assim, fazer o braço do PIAPE no CCA, ter essa conversa mais próxima, e tu vires aqui participares de algumas reuniões. Inclusive, quando a gente chamar os tutores pra uma primeira conversa, tu já tá junto e te apresentar: o contato de vocês no CCA. Daí a gente faz um trabalho mais focado pro CCA, assim como a gente faz com os campi (E09).</p>
<p>Criação ou disponibilização de espaços no CCA próprios para a realização das atividades de apoio pedagógico.</p>	<p>Eu acho que a questão do espaço é uma coisa importante e parece que é uma demanda só dos alunos, mas não é, é uma coisa que temos que mostrar que é uma demanda pedagógica. Que é importante, de apoderamento do espaço (E05).</p>
<p>Capacitar docentes numa visão mais pedagógica do processo de ensino-aprendizagem.</p>	<p>O SAP conseguir passar pros professores a ideia mais pedagógica e social do aprendizado. Porque eu acho, às vezes, nossa área por ser técnica, a busca por essa coisa mais humanizada ela parte de uma iniciativa individual, de tu querer, e não e uma coisa institucional. Se a Instituição tem claro que isso é importante, que isso melhora o processo de ensino-aprendizagem, ela estimularia isso. Porque aí tu muda a concepção do educador no sentido de transformador, como um elemento importante na transformação da vida desses jovens (E05).</p>

Fonte: Elaborado pela Autora.

A partir do exposto, a maioria dos gestores entrevistados consegue perceber a existência de uma Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, materializada, essencialmente na visão destes, por meio das ações do PIAPE (UFSC, 2013b). Porém, na medida em que consideram que tais precisam ser aperfeiçoadas e melhor divulgadas e que a existência do Programa de Monitoria, uma das ações que efetivamente integram a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, foi apontada somente por 02 (dois) gestores, é possível inferir que os gestores entrevistados concebem esta Política como ainda muito fragilizada dentro da Instituição.

Os gestores entrevistados tem dificuldade em perceber a inter-relação da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes com o SAP/CCA, de tal modo que a maioria deles afirma a existência desta inter-relação, mas não sabe como caracterizá-la. Neste sentido, em relação às ações que podem potencializar o SAP/CCA junto à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes a maioria dos gestores entrevistados

sugeriu ações que aproximem ou integrem cada vez mais o SAP/CCA à CAP/PROGRAD, de tal forma que as atividades do PIAPE e do Programa de Monitoria possam ser desenvolvidas, desde sua origem, mais direcionadas às necessidades da comunidade acadêmica do CCA.

6.3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A categoria Política Pública de Assistência Estudantil se fundamenta em 02 (dois) conteúdos base: compreender a concepção dos gestores sobre a Política Pública de Assistência Estudantil, assim como investigar se os gestores percebem a interação dessa Política com a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC.

Em relação à concepção da Política Pública de Assistência Estudantil, 07 (sete) dos 09 (nove) gestores entrevistados afirmaram desconhecer esta Política, nos termos dos seus marcos legais ou diretrizes. Contudo, estes mesmos gestores souberam apontar ações de assistência estudantil implementadas pela UFSC, afirmando que estas estariam vinculadas a uma Política Pública de Assistência Estudantil.

Neste sentido, o gestor E08, quando questionado se conhecia a Política Pública de Assistência Estudantil, respondeu que “Via PRAE, as linhas de apoio pros alunos carentes, mais uma assistência social pra baixa renda, a que eu conheço é essa assim. O que a gente acompanha bastante, porque a gente tem bastante aluno nisso etambém participa dos problemas (...) da questão da moradia estudantil, da questão do funcionamento do Ru, de tudo isso aí.” Ao passo que o gestor E06 manifestou que “Vou dizer que eu conheço o que é aplicado aqui na UFSC. Eu imagino que seja resultado do que é essa política pública né, brasileira. Muita coisa do projeto institucional são coisas que é da própria gestão da universidade, mas tem coisas que a gente faz porque tem que atender uma demanda do governo. Então muita coisa aí a UFSC é obrigada a fazer pelo governo federal”.

Vale destacar que a Assistência Estudantil (AE) vem sendo construída a partir de diferentes reflexões, debates e práticas implementadas ao longo da História. De iniciativas isoladas e fragmentadas, as discussões em torno da AE foram pouco a pouco se tornando mais complexas e sistemáticas ao longo de seu percurso até ganhar maior legitimidade na agenda

do Governo e alcançar o *status* de política pública por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (DUTRA; SANTOS, 2017), o qual constitui o principal documento norteador da construção de políticas de assistência aos estudantes de graduação nas IFES.

Ainda que o PNAES defina dez áreas para o desenvolvimento da AE, o Programa vai considerar a autonomia das IFES quanto à sua execução, deixando margem para que sejam implementadas “considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (BRASIL, 2010, Art. 4º).

Isso pode ser percebido na visão que os gestores entrevistados têm a respeito do que consiste a assistência estudantil universitária, concepção esta perpassada pelo que conhecem de ações que a UFSC implementa. Assim, quando questionados acerca do que compreendiam por assistência estudantil universitária, esta surgiu mais caracterizada como restrita aos auxílios financeiros (moradia, alimentação, bolsas), ainda que estes gestores a compreendam como algo mais amplo, como um conjunto de ações para atender diferentes necessidades dos estudantes, como ilustra a fala do entrevistado E02:

A política pública dentro da UFSC, eu observo que ela é fortalecida em alguns aspectos, alguns setores, como por exemplo, a questão do auxílio às refeições pros estudantes que não tem as condições financeiras de arcar com os custos, a questão da moradia estudantil, algumas questões de subsídios a viagens de estudos, que é muito mais uma questão do lado financeiro. Mas em contrapartida outras questões elas precisam ser um pouco mais trabalhadas, um pouco melhor assistidas, precisam ter talvez essa assistência, essa visão um pouco mais ampla, a questão dos serviços de apoio até psicológico, durante o semestre a gente ouve as divulgações de oficinas e tudo, eu também sei que são de suma importância né. E propriamente o SAP, eu observo que talvez ele não tem toda essa visão, todo esse empoderamento, vamos dizer assim, perante a instituição, justamente por ser um serviço assim que não repercute de imediato. Não tem talvez uma questão muito fortalecida como talvez a questão da moradia estudantil, do RU, uma questão material, financeira talvez. É uma questão muito mais intelectual, de desenvolvimento, de questões que talvez envolvam emoções dos alunos e questões que abranjam outras áreas q não só a questão financeira, enfim. Então eu observo que, institucionalmente, a questão do apoio pedagógico, principalmente, ele precisa ser um pouco fortalecido, diante dos outros apoios institucionais que a universidade proporciona.

Neste mesmo sentido também manifestou-se o gestor entrevistado E05:

Elas passam por todos os aspectos que a gente falou, ou seja, elas passam por ele conseguir se integrar nesse novo contexto educacional e social que ele vem. Visto que tem muitos alunos que não são daqui da cidade, passa por ele ter uma assistência no sentido material, uma assistência psicológica, por ele ter uma assistência que lhe seja

permitido uma ampliação cultural, abrir a cabeça. (...) Eu vejo ela como mais universal. Claro, um aspecto da assistência ligado ao material está muito ligado as classes mais populares, porque nós temos um ingressante a partir do PAA, que a família tem menos de um salário e meio per capita né? Esse aluno ele precisa, no mínimo, de assistência material, mas ela não pode se restringir só a isso. Se a gente olhar a assistência estudantil como uma assistência material ela não vai funcionar.

Para o gestor entrevistado E09, a assistência estudantil é compreendida como:

(...) aquelas dez ações ali que estão lá no PNAES, que inclui lazer, esporte para o aluno, saúde, apoio pedagógico, o financeiro. Tudo isso pra mim é assistência estudantil. Embora eu perceba que na visão até dos alunos e de alguns colegas professores ou técnicos a assistência estudantil seja pura e simplesmente aquele recurso que vem pra moradia estudantil, pra bolsa estudantil. Então a assistência ao estudante, se tu falar na UFSC, a primeira coisa que vem na cabeça é isso. Mas eu não vejo dessa forma. Eu vejo que é um grande guarda chuva que tem aí todas essas ações conectadas. Aí pensando nessa visão maior que eu tenho, desse guarda chuva, o apoio pedagógico é uma ação de assistência estudantil e o apoio pedagógico é pra todos os alunos, é universal.

Diante destas percepções dos gestores entrevistados, resgato Dutra e Santos (2017, p. 162), segundo os quais o processo histórico de construção da política de AE no Brasil também é marcado pela elaboração de concepções diversas de assistência ao estudante universitário, as quais podem ser identificadas por “alguns pares de oposição, tais como: gasto x investimento, concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade”.

Quanto à interação da Política Pública de Assistência Estudantil com a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, 03 (três) dos 09 (nove) gestores entrevistados tiveram dificuldade em responder, justamente por não terem segurança do que seria a Política Pública de Assistência Estudantil, a exemplo do que manifestou o gestor E06: “Aí eu não vou saber te responder, teria que ler a Política Pública, essas diretrizes aí pra poder te dizer. Eu te confesso que nunca li, talvez uma falha minha”.

Para os demais gestores entrevistados, a interação entre as Políticas é percebida com diferentes nuances. Desde uma interação de aspecto mais burocrático, conforme ilustrado pelas falas dos gestores E05 e E08:

Eu acho que as políticas dentro da UFSC se dão não por uma concepção, de que a universidade tem que, ela se dá como uma obrigatoriedade. Então se tu parte dessa visão, tu fazes aquilo que é

lei. E se a lei diz que é pouco, se faz pouco, se a lei diz que é mais, se faz mais. Eu não vejo a UFSC como uma universidade assim, cosmopolita, vejo ela ainda com muito resquícios de uma coisa de legalista, digamos assim. (...) Então assim. Eu acho que institucionalmente as políticas de assistência estudantil refletem a falta de visão política que a universidade tem a respeito do processo de formação dos profissionais, dos alunos e a formação dos indivíduos. Tá na missão da UFSC, mas na prática isso não funciona, não há uma reflexão sobre o papel da universidade na construção da sociedade (E05).

Eu acho que ela é meio de cima pra baixo né? Não sei se ela é determinante de cima pra baixo. Acho que o MEC tem uma diretriz disso e a gente aqui cumpre (E08).

Passando por uma interação mais tênue, uma vez que as ações de assistência estudantil implementadas pela UFSC estariam mais focadas nos auxílios financeiros, de acordo com a fala dos gestores E02 e E09:

Eu acredito que a UFSC, enquanto Instituição, ela consegue minimamente alcançar alguns objetivos, principalmente nessa questões assistenciais financeiras, vamos dizer assim, de moradia estudantil e de refeições aos estudantes. (...) Em certos aspectos, talvez um pouco mais trabalhar essas outras questões justamente do apoio pedagógico (E02).

A universidade procura, pelo menos se pensar no PNAES, a UFSC procura fazer todas aquelas ações, ainda que de maneira um pouco separada, cada um faz um pouco do que se propõe a fazer. Mas eu acho que sim, tá conectada, que tem a ver, que a universidade tá seguindo bem a linha. Só acho que tá muito mais preocupada com a parte mais financeira da Política, do que com outras ações, por exemplo, de saúde psicossocial. Eu acho que depende muito da gestão (E09).

Lima e Ferreira (2016) ressaltam que embora o PNAES defina dez áreas para o desenvolvimento da AE, ocorre que nem todas as IFES desenvolvem programas e ações em todas as suas esferas, onde o predomínio do tripé auxílios financeiros (bolsas), alimentação e moradia reflete a redução da concepção de necessidades estudantis a necessidades básicas (LIMA; FERREIRA, 2016).

Neste contexto, em síntese, a maioria dos gestores entrevistados desconhecem o marco legal da Política Pública de Assistência Estudantil, nos termos do PNAES, ainda que consigam materializar essa Política Pública por meio das ações de assistência estudantil executadas pela UFSC. Neste sentido, percebem que estas ações de assistência estão focadas nos auxílios financeiros, ainda que concebam que a assistência estudantil universitária é algo mais amplo que deve atender de forma mais integral as necessidades dos estudantes.

A partir desta visão, a maioria dos gestores percebe que existe uma interação entre a Política Pública de Assistência Estudantil e a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes. Sendo esta uma interação concebida por eles não porque está pressuposta no PNAES, o qual a maioria deles desconhece, mas por compreenderem que o apoio pedagógico também integra a assistência estudantil, ainda que percebam que as ações de assistência estudantil materializadas na UFSC estejam focadas nos auxílios financeiros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de trilhar o caminho teórico-metodológico proposto para este Estudo (Vide Figura 01 – Caminho Teórico-Metodológico do Estudo), retorno ao objetivo geral: compreender como se constitui, no olhar dos gestores, o Setor de Apoio Pedagógico do CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação.

Na visão dos gestores, o Setor de Apoio Pedagógico do CCA se constitui como um Setor de fundamental importância para o atendimento das demandas por Orientação Acadêmica dos estudantes do CCA e para a potencialização da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes. Os gestores percebem que:

a) a existência da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes encontra-se materialmente fragilizada no CCA, considerando o PIAPE e o Programa de Monitoria;

b) o SAP/CCA é parte integrante da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes;

c) o SAP/CCA é um Setor que desenvolve atividades relevantes para o CCA;

d) o apoio pedagógico aos estudantes é uma demanda englobada pela assistência estudantil; e,

e) as ações de assistência estudantil na UFSC estão focadas nos auxílios financeiros aos estudantes.

Sobre o Setor de Apoio Pedagógico do CCA, no olhar dos gestores, constitui um Setor cuja principal atividade desenvolvida consiste na Orientação Acadêmica aos estudantes dos cursos de graduação, de forma individual, conforme suas necessidades. O apoio pedagógico desenvolvido pelo SAP/CCA é relevante porque concebem que o corpo estudantil necessita não apenas de Orientação Acadêmica, mas de Orientação Profissional e Pessoal. Além disso, os gestores também concebem o SAP/CCA como um Setor fundamental em auxiliar, a partir de um olhar mais pedagógico – uma vez que a formação na área pedagógica não é requisito para ocupar as funções de coordenador ou secretário de curso -, as coordenações de curso, e assim os próprios coordenadores e secretários, em suas tarefas de acolher, analisar e solucionar as variadas demandas trazidas pelos estudantes ao longo de suas vivências na Instituição.

A respeito da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, os gestores percebem a existência desta Política, materializada, essencialmente na visão destes, por meio das ações do PIAPE. Porém, na medida em que consideram que estas ações precisam ser aperfeiçoadas e melhor divulgadas e que a existência do Programa de Monitoria, uma das ações que efetivamente integram a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, foi citada de forma marginal, os gestores concebem esta Política como ainda muito fragilizada dentro da Instituição. Decorre que os gestores tem dificuldade em perceber a inter-relação da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes com o SAP/CCA, de tal modo que a maioria deles afirma a existência desta inter-relação, mas não sabe como caracterizá-la. Neste sentido, em relação às ações que podem potencializar o SAP/CCA junto à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes os gestores entrevistados sugeriram ações que aproximem ou integrem cada vez mais o SAP/CCA à CAP/PROGRAD, de tal forma que as atividades do PIAPE e do Programa de Monitoria possam ser desenvolvidas, desde sua origem, mais direcionadas às necessidades da comunidade acadêmica do CCA.

No tocante à Política Pública de Assistência Estudantil, os gestores desconhecem o marco legal da Política Pública de Assistência Estudantil, nos termos do PNAES, ainda que consigam materializar essa Política Pública por meio das ações de assistência estudantil executadas pela UFSC. Neste sentido, percebem que estas ações de assistência estão focadas nos auxílios financeiros, ainda que concebam que a assistência estudantil universitária é algo mais amplo que deve atender de forma mais integral as necessidades dos estudantes. Os gestores percebem que existe uma interação entre a Política Pública de Assistência Estudantil e a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes. Sendo esta uma interação concebida por eles não porque está pressuposta no PNAES, o qual a maioria deles desconhece, mas por compreenderem que o apoio pedagógico também integra a assistência estudantil universitária.

Neste contexto, uma contradição se revela neste Estudo: ao mesmo tempo em que o SAP/CCA é concebido como um Setor fundamental para o desenvolvimento do apoio pedagógico aos estudantes do CCA, é negado como uma Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.

Isto posto, com vistas à superação da contradição que se apresenta, bem como ao atendimento do quarto Objetivo Específico do presente Estudo, no que tange ao

fortalecimento do Setor de Apoio Pedagógico do CCA como parte integrante da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC, proponho algumas ações:

a) Inclusão do SAP/CCA no Regimento do CCA, a fim de consolidar sua existência, finalidade e competências dentro da Instituição;

b) Criação, dentro da estrutura do SAP/CCA, de uma Coordenação do PIAPE, considerando a localização física do CCA em bairro distinto onde está situado o campus ao qual pertence, e a distância institucional simbólica que isto representa. Esta Coordenação teria o propósito de aproximar as ações do Programa às demandas dos alunos, docentes e gestores do CCA, desenvolvendo atividades de levantamento de necessidades de apoio pedagógico e participando de todo o desenvolvimento de ações do PIAPE no CCA, incluindo, por exemplo, suas etapas de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação;

c) Estabelecimento, no CCA, de espaço próprio, adequado e permanente para a realização das atividades do PIAPE e do Programa de Monitoria, bem como para o desenvolvimento de ações específicas do SAP/CCA;

d) Criação, dentro da estrutura do SAP/CCA, de uma Seção de Apoio ao Programa de Monitoria, a fim de contribuir com o acompanhamento e avaliação dessa atividade, bem como para a promoção das ações deste Programa junto aos estudantes, docentes e gestores;

e) Criação de um Fórum Permanente de Discussão do Apoio Pedagógico aos Estudantes na UFSC, a fim de aproximar e integrar os servidores da Instituição que atuam na área do apoio pedagógico, em todos os *campi*, buscando refletir e analisar o que tem sido realizado, trocar experiências e aperfeiçoar os processos de trabalho.

f) Estabelecer no SAP/CCA um processo contínuo de coleta e sistematização de informações relacionadas ao corpo estudantil, no que concerne, por exemplo, aos fenômenos de evasão, reprovação, retenção, ao perfil dos ingressantes, entre outros; bem como, um processo de registro de dados das ações de apoio pedagógico desenvolvidas (atendimentos, oficinas, projetos) a fim de produzir dados que possam ser qualificados, socializados e discutidos com os gestores com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar a oferta de apoio pedagógico no CCA, inclusive subsidiar a formulação de metas e ações para esta área no próximo PDI;

g) Que o SAP/CCA atue conjuntamente com as coordenações de curso e departamentos do CCA no fomento e socialização das ações de apoio pedagógico junto ao corpo discente e docente, por meio da criação e utilização de variadas formas de comunicação com esse público, tais como *homepage* específica, páginas em redes sociais, murais físicos,

fóruns presenciais de discussão, sessões de divulgação durante a etapa de matrícula dos calouros e posteriormente em sala de aula, participação em reuniões colegiadas, entre outras ações de integração institucional;

h) Capacitar os docentes do CCA, por meio de minicursos, oficinas e rodas de conversa, para que desenvolvam ou aprimorem um olhar mais pedagógico sobre o estudante universitário, atentando, por um lado, para a integralidade dos aspectos que influenciam o processo de ensino-aprendizagem e, por outro, para a existência de uma estrutura de assistência a estes estudantes regulamentada, inclusive, como Política Pública.

Como pesquisadora, almejo socializar esta Pesquisa, por meio da PROGRAD e do CCA, com o intuito de contribuir com o processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico da UFSC e com a qualificação e potencialização do SAP/CCA como espaço administrativo-pedagógico integrante da Política Pública de Assistência Estudantil.

Espero que este Estudo inspire outras pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do apoio pedagógico aos estudantes universitários, em especial no tocante à formação e gestão de serviços de apoio pedagógico em outros Centros de Ensino da UFSC.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro; SOARES, Ana Paula. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: MERCURI, Elizabeth; POLYDORO, Soeli Aparecida Jorge (Org.). **Estudante universitário**: características e experiências de formação. São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12086>>. Acesso em: 03 maio 2018.

ALMEIDA, Leandro; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; AMARAL, Alberto; DIAS, Diana. Democratização do acesso e do sucesso no Ensino Superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e Brasil. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, Sorocaba, SP, v.17, n° 3, p. 899-920, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772012000300014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 maio 2018.

BARDAGI, Marucia; HUTZ, Claudio Simon. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira. **Psicologia Revista**. São Paulo, 14(2): 279-301, novembro 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18107>>. Acesso em: 03 maio 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n° 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRITTO, Luiz Percival Leme; OLIVEIRA SILVA, Edineuza; CASTILHO, Katlin Cristina de; ABREU, Tatiane Maria. Conhecimento e formação nas IES periféricas: perfil do aluno 'novo' da educação superior. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 777-791, nov. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/281>>. Acesso em: 20 jul 2018.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2003. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul 2018.

BRASIL. **Decreto nº 20.302**, de 2 de Janeiro de 1946. Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde. 1946a. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20302-2-janeiro-1946-327736-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul 2018.

_____. **Constituição de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte. 1946b. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jul 2018.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jul 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jul 2018.

_____. **Lei nº 8.742**, de 7 dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 20 jul 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jul 2018.

_____. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**, de 28 de novembro de 2005.

Encaminha a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>>.

Acesso em: 30 mai 2018.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. 2007a Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. 2007b. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2007c. Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Ministério da Educação. 2007d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 01 dez 2018.

_____. **Relatório do Curso com os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2007 – Agronomia – UFSC**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Portaria Normativa nº 21**, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – SiSU. 2012b. Disponível em: <<http://sisugestao.mec.gov.br/docs/portaria-2017-2.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Censo da Educação Superior 2016 – Notas Estatísticas**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2016. Disponível em: <www.inep.gov>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Relatório Executivo. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino (ANDIFES). Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). 2019. Disponível em: <http://noticias.paginas.ufsc.br/files/2019/05/VERSAO_MESTRA_DO_RELATORIO_EXECUTIVO_versao_ANDIFES_14_20h52_1.pdf>. Acesso em: 01 jul 2019.

CALVINO, Ítalo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAPES. **Banco de Teses & Dissertações**. 2018. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 22 set. 2017, 25 set. 2017 e 03 maio 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 24, p. 05-15, set/dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

COULON, Alain. **A condição de estudantes: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

DÁRIO, Amália Borges. **Avaliação do desempenho acadêmico e da evasão entre discentes cotistas e não cotistas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://ppgau.ufsc.br/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 maio 2018.

DONDÉ DA SILVA, Lauraci. Orientação Educacional: uma necessidade para o Ensino Superior? In: **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 2, Universidade Federal do Paraná, 1999.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas e Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362017000100148&script=sci_abstract/>. Acesso em: 30 maio 2018.

EZCURRA, Ana María. Los Estudiantes de nuevoingreso: democratización y responsabilidad de las instituciones universitarias. **Cadernos de Pedagogia Universitária USP**, nº 02. USP, 2007. Disponível em: <<http://www.prg.usp.br/index.php/pt-br/pae/etapa-de-preparacao-pedagogica/cadernos-de-pedagogia>>. Acesso em: 20 jul 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Revista FONAPRACE: 20 anos**. Brasília, DF, 2008.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**. Cengage Learning, 2010.

GONÇALVES, Jussara Orige Bach. **A gestão universitária e a evasão no curso de graduação em Engenharia de Aquicultura da Universidade Federal de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. Florianópolis, 2016.

GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** São Paulo: Cortez, 2001.

JESUS, Luciano Nascimento de; MAYER, André Luiz Monteiro; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. Programa Nacional de Assistência Estudantil: do protagonismo da UNE aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE. *ActaScientiariumEducation*. Maringá, v. 38, nº 3, p. 247-257, July-Sept., 2016.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>>. Acesso em: 20 jul 2018.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Meta: Avaliação.** Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 116-148, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870/pdf1>>. Acesso em: 03 maio 2018.

MANCEBO, Deise; ARAÚJO DO VALE, Andréa; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, nº 60, jan.-mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782015000100031&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 03 maio 2018.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, v. 23, n. 53, p. 88-103, 2014.

NASCIMENTO, Clara Martins; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p. 167-79.

NECKEL, Roselane; KÜSHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios.** Florianópolis: UFSC, 2010.

PASTRANA, Montserrat Grañeras; LAGUNA, Antonia Parra (Coord.). **Orientación educativa: fundamentos teóricos, modelos institucionales y nuevas perspectivas.** Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Secretaría General Técnica, Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2009.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, Sorocaba, SP, v. 22, nº 2, p. 301-315, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772017000200301&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 maio 2018.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **A gestão universitária:** um estudo na Universidade Federal do Pará, de 2001 a 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2013. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/edilene_dout2013.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772017000200301&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 maio 2018.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas/Sorocaba, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772014000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 03 maio 2018.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTANA, Ana Paula de Oliveira; DONIDA, Laís Oliva; MONTEIRO, Ana Lucia Lima da Costa Pimenta; MACHADO SILVA, Suelen. Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, p. 673-689, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7919>>. Acesso em: 03 maio 2018.

SGUISSARD, Valdemar. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v.36, nº 133, p. 867-889, out.-dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000400867&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 maio 2018.

SILVA, Juliana Pires da. **A relação com o saber:** os estudantes de engenharia e a primeira disciplina de cálculo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, 2015.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da Educação Superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, Sorocaba, SP, v.18, nº 3, p. 727-747, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000300011&script=sci_abstract>. Acesso em: 03 maio 2018.

SILVA LIMA, Wandilson Alisson; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras.

Revista Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 8, nº 22, p. 116-148, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SOUZA, Gisele Furtado Schmitz de; GONÇALVES, Mônica Feitosa de Carvalho Pedrozo. A gestão universitária: conexão existente entre a política pública e a política institucional. In: BÚRIGO, Carla Cristina Dutra et al (Orgs.). **A Formação no Contexto da Gestão Universitária.** Florianópolis: PRODEGESP/UFSC, 2017.

TOTI, Michele C. Silva; XAVIER, Amanda Rezende Costa; OLIVEIRA, Edna; RIBEIRO, Luciana Maria Oliveira. O serviço de apoio pedagógico aos estudantes do ensino superior: estudo de uma proposta em construção em uma universidade federal brasileira. **VII Conferência Latinoamericana sobre el abandono em La educación superior.** Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, Argentina, 2017. Disponível em: <<http://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/issue/view/83>>. Acesso em: 03 maio 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

_____, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Caderno de Pesquisa Ritter dos Reis, Porto Alegre, v. 4, nov. 2001.

UFSC. **Resolução nº 065/78,** de 3 de novembro de 1978. Aprova o Estatuto da UFSC. 1978a. Disponível em: <<http://reitoria.ufsc.br/estatuto-versao-impressa-2/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Resolução nº 065/78,** de 3 de novembro de 1978. Aprova o Regimento Geral da UFSC. 1978b. Disponível em: <<http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/regimento-geral-da-ufsc/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Resolução nº 017/CUn/97,** de 30 de setembro de 1997. Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 1997. Disponível em: <<http://www.emc.ufsc.br/cp/upload/29-Res017-CUn-97.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Resolução Normativa nº 008/CUn/2007,** de 10 de julho de 2007. Cria o “Programa de Ações Afirmativas” da Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. Disponível em: <<http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Relatório da Comissão de Trabalho designada pela Portaria n 024/CCA/2008 para realizar diagnóstico das condições que contribuíram para o baixo desempenho do Curso de Agronomia no processo de Avaliação de Cursos realizado pelo SINAES/INEP.** CCA. Florianópolis, 19 de setembro de 2008. (Documento Impresso).

_____. **Ata da III reunião ordinária do Conselho da Unidade do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Santa Catarina, do ano de 2010.** Item 35: Programa de atendimento às demandas do MEC para o curso de Agronomia. CCA. 2010a. (Documento Impresso).

UFSC. **Ata da IX Reunião Ordinária do Conselho da Unidade do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Santa Catarina, do Ano de 2010.** Item 6: Posicionamento Institucional sobre a prova do ENADE – Agronomia. CCA. 2010b. (Documento Impresso).

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2010 a 2014.** Florianópolis: UFSC, 2010c.

_____. **Portaria n.º 035**, de 04 de março de 2010. Localiza, a partir de 29/01/2010, a servidora Filomena Lúcia Gossler Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, na Secretaria Administrativa do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010d. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/230d1c4527992c7383257715006e78d3?OpenDocument>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. **Portaria n.º 233**, de 25 de agosto de 2010. Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade e estabelece as normas de seu funcionamento. 2010e. Disponível em: <http://ccj.ufsc.br/files/2016/07/Portaria_233_NDE.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Engenharia de Aquicultura/CCA/UFSC.** CCA. Curso de Graduação em Engenharia de Aquicultura. 2010f. Disponível em: <<http://aquicultura.grad.ufsc.br/projeto-pedagogico/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Questionário de perfil estudantil dos alunos do CCA.** CCA. 2010g. (Documento impresso).

_____. **Portaria nº547/DDAP/2011**, de 30 de dezembro de 2011. Declara vago, a partir de 30 de novembro de 2011, o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, ocupado pela servidora Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva, em virtude de posse em outro cargo inacumulável. 2011. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 05 jun. 2018

_____. **Avaliação do período 2008-2012 e proposta de revisão.** Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação do PAA/UFSC. 2012b. Disponível em: <<http://acoes-afirmativas.ufsc.br/avaliacao-das-acoes-afirmativas-na-ufsc/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Portaria nº 12/DDP/2012**, de 20 de junho de 2012. Lota a servidora Ana Carla Bastos no Centro de Ciências Agrárias - CCA, com localização de exercício na Secretaria Administrativa do CCA, a partir de 19 de junho de 2012. 2012c. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/a07e3416a72f362383257a2b007f90eb?OpenDocument>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Relatório de atividades de 2012.** CCA. Setor de Apoio Pedagógico. 2013a. (Documento Impresso).

UFSC. **Diretrizes do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação**. Florianópolis: UFSC, 2013b. (Documento Impresso).

_____. **Portaria nº 180/2013/GR**, de 31 de janeiro de 2013. Designa Ana Carla Bastos, Técnica em Assuntos Educacionais, para exercer a função de coordenadora de Apoio Administrativo do Centro de Ciências Agrárias. 2013c. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/44923fd1cd2bbf0383257b0500375806?OpenDocument>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019**. Florianópolis: UFSC, 2015a. Disponível em: <<http://pdi.ufsc.br/pdi-2015-2019/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Portaria nº 392/2015/GR**, de 13 de março de 2015. Designa, a partir de 16 de março de 2015, Soraia Selva Da Luz para exercer a função de coordenadora de avaliação e apoio pedagógico da Pró-Reitoria de Graduação. 2015b. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/92096301ea8924ca83257e0b006578d9?OpenDocument>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Resolução Normativa nº 52/CUn/2015**, de 16 de junho 2015. Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para os Processos Seletivos de 2016 a 2022. 2015c. Disponível em: <<http://pdi.ufsc.br/pdi-2015-2019/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Resolução Normativa nº 53/CUn/2015**, de 23 de junho de 2015. Regulamenta o Programa de Monitoria de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015d. Disponível em: <<http://apoiopedagogico.prograd.ufsc.br/alteracao-da-resolucao-normativa-no-53cun2015-que-regulamenta-a-monitoria/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Levantamento da reprovação estudantil nos semestres 2015.1, 2015.2 e 2016.1**. CCA. Setor de Apoio Pedagógico. 2016a. (Documento Impresso).

_____. **Plano de Ação 2016**. CCA. Setor de Apoio Pedagógico. 2016b. (Documento Impresso).

_____. **Portaria nº 162/2016/GR**, de 28 de janeiro de 2016. Dispensa, a pedido, a partir de 3 de fevereiro de 2016, Ana Carla Bastos, Técnica em Assuntos Educacionais, do exercício da função de coordenadora de Apoio Administrativo do Centro de Ciências Agrárias. 2016c. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/a7e183efc8caf1bb83257f56004f00e6?OpenDocument>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Portaria nº 867/2016/GR**, de 05 de maio de 2016. Designa, a partir de 4 de maio de 2016, Lucelia Hauptli para exercer, em caráter excepcional, a função de subcoordenadora do Curso de Graduação em Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias, para um mandato de dois anos. 2016d. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/70b853b077f12d2783257fae006d64cd?OpenDocument>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

UFSC. **Portaria nº 1583/2016/GR**, de 08 de julho de 2016. Designa, a partir de 8 de agosto de 2016, Carmen Maria Olivera Müller, para exercer a função de coordenadora do Curso de Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Centro de Ciências Agrárias, para um mandato de dois anos. 2016e. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Portaria nº 2862/2016/GR**, 13 de dezembro de 2016. Designa, a partir de 26 de dezembro de 2016, Walter Quadros Seiffert para exercer a função de diretor do Centro de Ciências Agrárias, para um mandato de quatro anos. 2016f. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **UFSC em números - 2007 a 2016**. Secretaria de Planejamento e Orçamento. 2016g. Disponível em: <<http://dpgi.seplan.ufsc.br/ufsc-em-numeros/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Portaria nº 1003/2017/GR**, de 27 de abril de 2017. Designa, a partir de 1º de maio de 2017, Paulo Cesar Poliseli para exercer a função de coordenador do Curso de Graduação em Agronomia do Centro de Ciências Agrárias, para um mandato de dois anos. 2017a. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/a06221654d479fc2832580eb004c7e0f?OpenDocument>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Portaria nº 1360/2017/GR**, de 16 de junho de 2017. Designa, a partir de 18 de junho de 2017, Anita Rademaker Valença, para exercer a função de coordenadora do Curso de Graduação em Engenharia de Aquicultura do Centro Ciências Agrárias, para um mandato de dois anos. 2017b. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/3e1df2d5ca5ae11b8325814600585c21?OpenDocument>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Resolução Normativa nº 111/2017/CUn**, de 13 de Novembro de 2017. Aprova o Regimento do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. 2017c. Disponível em: <<http://cca.ufsc.br/regimento/>>. Acesso em: 25 jun 2018.

_____. **Ficha Cadastral de Ana Carla Bastos**. Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP). 2018a. (Documento Impresso).

_____. **Levantamento dos alunos atendidos em 2018.1**. CCA. Setor de Apoio Pedagógico. 2018b. (Documento Impresso).

_____. **Portaria nº 064/2018/PROGRAD**, de 19 de março de 2018. Designa servidores para comporem comissão para a elaboração da resolução que passará a reger o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes – PIAPE. 2018c. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Portaria nº 1030**, de 14 de maio de 2018. Designa, a partir de 04 de Maio de 2018, Lucelia Hauptli, para exercer a função de Coordenador(a) do Curso de Graduação em Zootecnia - CGZOT/CCA, para um mandato de 2 anos. 2018d. Disponível em:

<<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/6137b0c64d1d2f728325828f005723dc?OpenDocument&Highlight=2,LUCELIA>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

UFSC. **Projeto de reestruturação das disciplinas oferecidas pelo Departamento de Matemática: um pequeno resumo.** Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. 2018e. (Documento Impresso).

_____. **Relatório de atividades de 2016 e 2017.** CCA. Setor de Apoio Pedagógico. 2018f. (Documento Impresso).

_____. **Relatório de Gestão 2017.** Florianópolis: UFSC, 2018g. Disponível em: <<http://dpgi.seplan.ufsc.br>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Relatório de Gestão 2018.** Florianópolis: UFSC, 2018h. Disponível em: <<http://dpgi.seplan.ufsc.br>>. Acesso em: 01 jul 2019.

_____. **Relatório de totalização de alunos da graduação.** CCA. 2019. (Documento Impresso).

_____. **Área de concentração e linhas de pesquisa.** [201-?]a. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. Disponível em: <<http://ppgau.ufsc.br/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico.** PROGRAD. [201-?]b. Disponível em: <<http://apoio pedagogico.prograd.ufsc.br/apoio-pedagogico/cap/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Estrutura UFSC.** Mapa. [201-?]c. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/mapa/>>. Acesso em: 25 jun 2018.

_____. **Estrutura UFSC.** Perguntas frequentes. Quais são as formas de ingresso na UFSC. [201-?]d. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 25 jun 2018.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso.** CCA. Curso de Graduação em Zootecnia. [201-?]f. Disponível em: <<http://www.cursodezootecnia.cca.ufsc.br/projeto-pedagogico-do-curso/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agronomia.** CCA. Curso de Graduação em Agronomia. [201-?]g. Disponível em: <<http://agronomia.ufsc.br/ppc-projeto-pedagogico-do-curso/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos com alterações a partir de 2018-1.** CCA. Curso de Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos. [201-?]h. Disponível em: <<http://cta.ufsc.br/projeto-politico-pedagogico-do-curso/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2013.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 maio 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Informações

CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

- a) Nome: _____
- b) Unidade de Lotação: _____
- c) Cargo que ocupa: _____
- d) Data de Ingresso na UFSC: _____
- e) Cargo de Direção (CD) ou Função Gratificada (FG) que ocupa: _____
- f) Data de Ingresso no CD ou FG: _____

1 SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO DO CCA:

- a) Como você concebe o SAP/CCA? Suas finalidades e ações desenvolvidas? Comente.
- b) Como você concebe a relevância do apoio pedagógico aos estudantes desenvolvido pelo SAP/CCA? Comente.

2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES:

- a) Como você concebe a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes? Sua finalidade, Programas desenvolvidos, entre outros? Comente.
- b) Como você percebe a relação entre a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes e o SAP/CCA?
- c) De acordo com a sua visão, quanto às atividades desenvolvidas pelo SAP/CCA, quais ações devem ser potencializadas junto à Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC?
- d) Quais suas expectativas quanto ao desenvolvimento do apoio pedagógico aos estudantes na UFSC?

3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

- a) O que você compreende por Assistência Estudantil universitária? Comente.
- b) Você conhece as diretrizes da Política Pública de Assistência Estudantil? Comente.
- c) Como você percebe a interação entre a Política Pública de Assistência Estudantil e a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC? Comente.
- d) Quais suas expectativas quanto ao desenvolvimento da assistência estudantil aos estudantes na UFSC?

4 GOSTARIA DE ACRESCENTAR MAIS ALGUMA INFORMAÇÃO?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Ana Carla Bastos, responsável pelo desenvolvimento da pesquisa: **O APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UM OLHAR DOS GESTORES**, visando a obtenção do título de Mestra em Administração Universitária, convido-o para participar como voluntário desta pesquisa.

Por meio desta pesquisa, pretendo compreender como se constitui, no olhar dos gestores, o Setor de Apoio Pedagógico do CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC, intentando sugerir ações para o fortalecimento desse Setor. Para tanto, objetivo descrever o Setor de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Agrárias, conhecer a Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC, apresentar um olhar sobre a Política Pública de Assistência Estudantil e, finalmente, propor ações para o fortalecimento do Setor de Apoio Pedagógico do CCA como parte integrante da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC.

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso, de abordagem qualitativa, cujas informações serão coletadas por meio de entrevista semiestruturada. O roteiro desta entrevista foi desenvolvido com base em três categorias de análise, previamente definidas por esta pesquisadora: Setor de Apoio Pedagógico do CCA, Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC e Política Pública de Assistência Estudantil.

As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas para a realização da análise de conteúdo, por esta pesquisadora. Sua participação neste estudo é livre, podendo desistir do mesmo em qualquer momento, sem que lhe seja imputado qualquer tipo de prejuízo. Os resultados do estudo serão passíveis de publicação científica, sendo que a pesquisadora assegura o total anonimato dos participantes. Em caso de dúvida ou queira contatar a responsável pela pesquisa:

Mestranda: Ana Carla Bastos.

Contato telefônico: Celular: (48) 996008190.

E-mail para contato: anacrlabastos2@gmail.com.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Cristina Dutra Búrigo.

E-mail para contato: carla.burigo@ufsc.br.

Após ter recebido as informações anteriores, caso seja de sua escolha participar desse Estudo, assine o Consentimento Informado a seguir. As duas vias do documento devem ser assinadas, sendo uma cópia do participante e outra da pesquisadora.

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, abaixo assinado, confirmo que li os termos constantes no presente documento e concordo em participar da pesquisa. Fui devidamente informado e esclarecido sobre o estudo, os procedimentos nele envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido a liberdade de retirar-me da pesquisa em qualquer hora ou momento, ficando assegurado que não serei penalizado por isso.

Florianópolis, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) participante: _____ RG: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____